

SIMULADO FINAL

SEFAZ SC

Auditor Estadual De Finanças Públicas
Administração e Engenharias
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **SEFAZ-SC**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/GKka533iQBpYce4P9

1-	A B C D E	21-	A B C D E	41-	A B C D E	61-	A B C D E	81-	A B C D E	101-	A B C D E	121-	A B C D E	141-	A B C D E	161-	A B C D E
2-	A B C D E	22-	A B C D E	42-	A B C D E	62-	A B C D E	82-	A B C D E	102-	A B C D E	122-	A B C D E	142-	A B C D E	162-	A B C D E
3-	A B C D E	23-	A B C D E	43-	A B C D E	63-	A B C D E	83-	A B C D E	103-	A B C D E	123-	A B C D E	143-	A B C D E	163-	A B C D E
4-	A B C D E	24-	A B C D E	44-	A B C D E	64-	A B C D E	84-	A B C D E	104-	A B C D E	124-	A B C D E	144-	A B C D E	164-	A B C D E
5-	A B C D E	25-	A B C D E	45-	A B C D E	65-	A B C D E	85-	A B C D E	105-	A B C D E	125-	A B C D E	145-	A B C D E	165-	A B C D E
6-	A B C D E	26-	A B C D E	46-	A B C D E	66-	A B C D E	86-	A B C D E	106-	A B C D E	126-	A B C D E	146-	A B C D E	166-	A B C D E
7-	A B C D E	27-	A B C D E	47-	A B C D E	67-	A B C D E	87-	A B C D E	107-	A B C D E	127-	A B C D E	147-	A B C D E	167-	A B C D E
8-	A B C D E	28-	A B C D E	48-	A B C D E	68-	A B C D E	88-	A B C D E	108-	A B C D E	128-	A B C D E	148-	A B C D E	168-	A B C D E
9-	A B C D E	29-	A B C D E	49-	A B C D E	69-	A B C D E	89-	A B C D E	109-	A B C D E	129-	A B C D E	149-	A B C D E	169-	A B C D E
10-	A B C D E	30-	A B C D E	50-	A B C D E	70-	A B C D E	90-	A B C D E	110-	A B C D E	130-	A B C D E	150-	A B C D E	170-	A B C D E
11-	A B C D E	31-	A B C D E	51-	A B C D E	71-	A B C D E	91-	A B C D E	111-	A B C D E	131-	A B C D E	151-	A B C D E	171-	A B C D E
12-	A B C D E	32-	A B C D E	52-	A B C D E	72-	A B C D E	92-	A B C D E	112-	A B C D E	132-	A B C D E	152-	A B C D E	172-	A B C D E
13-	A B C D E	33-	A B C D E	53-	A B C D E	73-	A B C D E	93-	A B C D E	113-	A B C D E	133-	A B C D E	153-	A B C D E	173-	A B C D E
14-	A B C D E	34-	A B C D E	54-	A B C D E	74-	A B C D E	94-	A B C D E	114-	A B C D E	134-	A B C D E	154-	A B C D E	174-	A B C D E
15-	A B C D E	35-	A B C D E	55-	A B C D E	75-	A B C D E	95-	A B C D E	115-	A B C D E	135-	A B C D E	155-	A B C D E	175-	A B C D E
16-	A B C D E	36-	A B C D E	56-	A B C D E	76-	A B C D E	96-	A B C D E	116-	A B C D E	136-	A B C D E	156-	A B C D E	176-	A B C D E
17-	A B C D E	37-	A B C D E	57-	A B C D E	77-	A B C D E	97-	A B C D E	117-	A B C D E	137-	A B C D E	157-	A B C D E	177-	A B C D E
18-	A B C D E	38-	A B C D E	58-	A B C D E	78-	A B C D E	98-	A B C D E	118-	A B C D E	138-	A B C D E	158-	A B C D E	178-	A B C D E
19-	A B C D E	39-	A B C D E	59-	A B C D E	79-	A B C D E	99-	A B C D E	119-	A B C D E	139-	A B C D E	159-	A B C D E	179-	A B C D E
20-	A B C D E	40-	A B C D E	60-	A B C D E	80-	A B C D E	100-	A B C D E	120-	A B C D E	140-	A B C D E	160-	A B C D E	180-	A B C D E

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/yrnu9d

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://concursos.estrategia.com/curso/simulado-final-sefaz-sc-auditor-estadual-de-financas-publicas-administracao-e-engenharias-15-11-2026-banca-fcc-pos-edital

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Felipe Luccas

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Alienação parental e a capacidade de odiar

Certamente o propósito da Lei da Alienação Parental foi escancarar uma triste realidade: como é desmedida a capacidade de odiar. A que ponto as pessoas chegam para se vingar de alguém?

Claro que esta faceta do ser humano sempre existiu. Os chamados crimes passionais – que de paixão nada têm – lotam presídios. Não foi outra motivação que levou à edição da Lei Maria da Penha e à qualificação do crime de morte como feminicídio. Estes são os mecanismos legais que tentam refrear os crimes de ódio contra as mulheres.

A incidência assustadora destes delitos mostra o verso e reverso de uma mesma moeda: a facilidade com que o amor se transforma em ódio. A motivação desta verdadeira carnificina é uma só: punir o responsável pelo fim do sonho do amor eterno. A frustração da promessa de uma felicidade a qualquer preço. Mesmo na doença, na pobreza e na tristeza.

A insuportabilidade da dor leva ao desejo de provocar dor no outro. E o desejo de vingança não tem limite. Este sentimento alcança não só o parceiro. Vai além. Os próprios filhos são utilizados como armas. Servem de munição na guerra deflagrada por quem se sentiu traído, abandonado.

O desalento do desamor supera todas as fronteiras. Inclusive o chamado amor incondicional dos pais pelos filhos. Não importam as sequelas que estas manobras podem provocar. Quais os prejuízos que causam a eles. O importante é convencê-los de que precisam nutrir o mesmo ódio com relação a quem não mais os ama.

Mentiras, falsas acusações, manipulações transbordam a ponto de gerar nos filhos profunda crise de lealdade. Não sabem quem odiar, quem amar. Nem o que é verdade ou pura imaginação. O que é certo e o que é errado. Bom ou ruim.

Na tentativa de refrear tais atos é que foi editada a Lei 12.318/10. Até o seu nome foi alvo de enormes críticas. Tentando desqualificá-la, foram atrás da biografia de quem deu o nome a este fenômeno. Mas, independente de tudo, a Lei da Alienação Parental vingou.

De forma didática, elenca algumas posturas que evidenciam o uso dos filhos como ponta de lança. Impinge sanções aos autores de tais práticas, além de trazer ferramentas processuais mais ágeis para flagrar sua ocorrência e tentar reduzir danos às vítimas.

Quanto mais sofisticadas as formas de usar os filhos como bucha de canhão, mais difícil é para a Justiça conseguir identificar tais ações. Por isso se tornou indispensável a atuação de profissionais da área psicossocial, que precisam intervir precocemente para estancar a sangria que leva à morte de vínculos parentais.

Claro que mecanismos de contenção tão eficientes e cada vez mais sofisticados só podem ser rejeitados por quem está sendo inibido de transformar filhos em ferramentas para provocar dor. Daí os recentes movimentos que querem a revogação da Lei ou sua mutilação. Nada mais do que estratégias para invisibilizar uma realidade que ninguém duvida que existe. E é cada vez mais assustadora.

É a eficácia da Lei que passou a assustar. É o limite imposto ao desejo de vingança que vem sendo refreado pela Justiça. No entanto, sua manutenção é fundamental. Não há outra forma de garantir o cuidado especial que a Constituição da República confere a crianças e adolescentes, com prioridade absoluta. Entre eles, o direito à convivência familiar.

O fim da conjugalidade não enseja o fim da parentalidade. A separação dos pais não pode levar à separação dos filhos com qualquer deles. E ter dois lares, muitas vezes, é melhor do que ter um só. Afinal, é só isso que filhos querem: a certeza de que são amados. E quando este direito não é garantido pelos pais, cabe ao Estado o dever de intervir.

(Adaptado de: DIAS, Maria Berenice. Alienação parental e a capacidade de odiar. Disponível em: www.ibdfam.org.br)

1. A autora sustenta, ao longo do texto, a ideia de que

a) a Lei da Alienação Parental, por ter sido alvo de críticas desde a escolha de seu nome, precisa ser revista para cumprir seus propósitos.

b) o uso dos filhos como instrumento de vingança é um fenômeno recente, surgido com a edição da Lei 12.318/10.

c) a separação dos pais, por romper o vínculo conjugal, costuma acarretar prejuízos irreparáveis à convivência dos filhos com ambos os genitores.

d) cabe ao Estado guiar e gerenciar os pais na tarefa de assegurar aos filhos a certeza de que são amados.

e) a manutenção da Lei 12.318/10 é imprescindível para resguardar um direito constitucional, quando os filhos são instrumentalizados como armas na disputa entre os pais

2. No 2º parágrafo, a referência à Lei Maria da Penha e à qualificação do feminicídio tem a função de

a) mostrar que a capacidade de odiar, evidenciada pela Lei da Alienação Parental, já havia motivado outros mecanismos legais de contenção.

b) demonstrar que os chamados crimes passionais decorrem de uma paixão incontrolável, o que atenua a culpa de seus autores.

c) indicar que a alienação parental é praticada exclusivamente contra as mulheres.

d) sugerir que essas leis se revelaram ineficazes, o que justifica a edição de normas mais severas.

e) estabelecer uma oposição entre os crimes de ódio contra as mulheres e os atos praticados contra os filhos

3. No 6º parágrafo, a expressão *profunda crise de lealdade* designa

a) o sentimento de traição experimentado pelo genitor que se viu abandonado pelo parceiro.

b) a desconfiança que os pais passam a nutrir em relação à Justiça e aos profissionais da área psicossocial.

c) a recusa definitiva dos filhos em manter convivência com qualquer um dos genitores.

d) o conflito vivido pelos filhos que, submetidos a mentiras e manipulações, já não sabem em quem acreditar.

e) a ruptura do compromisso de amor eterno assumido pelos cônjuges na doença, na pobreza e na tristeza

4. No 10º parágrafo, a autora

a) admite que as críticas dirigidas à Lei procedem, embora considere sua revogação uma medida excessiva.

b) propõe que a Lei seja parcialmente modificada, a fim de torná-la mais eficiente.

c) atribui a rejeição à Lei àqueles que se veem impedidos por ela de usar os filhos como arma.

d) põe em dúvida a existência da realidade que a Lei procura combater.

e) sustenta que os movimentos pela revogação da Lei decorrem do desconhecimento da realidade que ela combate

5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

a) *escancarar uma triste realidade* (1º parágrafo) = dissimular um fato lamentável

b) *Impinge sanções aos autores de tais práticas* (8º parágrafo) = impõe punições aos responsáveis por essas condutas

c) *estancar a sangria* (9º parágrafo) = acelerar o desgaste

d) *a Lei da Alienação Parental vingou* (7º parágrafo) = a Lei da Alienação Parental serviu de instrumento de vingança

e) *não enseja o fim da parentalidade* (12º parágrafo) = não impede o fim da parentalidade

6. *Por isso se tornou indispensável a atuação de profissionais da área psicossocial, que precisam intervir precocemente para estancar a sangria que leva à morte de vínculos parentais.* (9º parágrafo)

Considerando o contexto, o termo sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

a) Porquanto

b) Contudo

c) Conquanto

d) Contanto que

e) Por conseguinte

7. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada no seguinte trecho:

a) A que ponto as pessoas chegam para se vingar de alguém? (1º parágrafo)

b) Os chamados crimes passionais – que de paixão nada têm – lotam presídios. (2º parágrafo)

c) Mesmo na doença, na pobreza e na tristeza. (3º parágrafo)

d) Afinal, é só isso que filhos querem: a certeza de que são amados. (12º parágrafo)

e) Claro que esta faceta do ser humano sempre existiu. (2º parágrafo)

8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no plural para integrar corretamente a frase:

a) Não (bastar) às crianças as promessas de amor de quem as utiliza como armas.

b) (Caber) aos profissionais da área psicossocial identificar precocemente as manobras do alienador.

c) (Tratar-se) de práticas que comprometem gravemente os vínculos parentais.

d) (Fazer) mais de quinze anos que a Lei 12.318 foi editada.

e) (Haver) inúmeras críticas à Lei desde a escolha de seu nome

9. O sinal indicativo de crase está empregado corretamente na frase:

a) A lei passou à impor sanções aos que usam os filhos como armas.

b) Os filhos não podem ser expostos à manipulações de quem se sente traído.

c) A autora se refere à pessoas que transformam os filhos em instrumentos de vingança.

d) A Constituição assegura às crianças e aos adolescentes o direito à convivência familiar.

e) Os profissionais chegaram à um diagnóstico precoce da alienação

10. É plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos das formas verbais na frase:

a) Se a Lei fosse revogada, muitas crianças ficarão desprotegidas diante das manobras dos pais.

b) Caso os pais se separem, os filhos perderiam o direito de conviver com ambos.

c) Quando a Justiça identificar a manipulação, os profissionais intervirão para reduzir os danos às vítimas.

d) Embora a Lei tivesse sido alvo de críticas, ela vinga até hoje.

e) Os movimentos contrários exigiram que a Lei seja revogada ou mutilada

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

11. Um empresário dividiu um capital em duas partes. A primeira, correspondente a 40% do capital, foi aplicada a uma taxa de juros compostos de 5% ao quadrimestre, durante 8 meses, gerando juros de R$ 1.640,00. A segunda parte, formada pelo restante do capital, foi aplicada a uma taxa de juros simples de 18% ao ano, durante 10 meses.

A soma dos valores dos juros obtidos nas duas aplicações é igual a

a) R$ 4.040,00

b) R$ 4.520,00

c) R$ 5.240,00

d) R$ 5.330,00

e) R$ 5.960,00

12. Uma pessoa aplicou um capital a uma taxa de juros simples de 1,25% ao mês, durante 16 meses, e resgatou todo o montante no final desse prazo. Desse montante, ela retirou R$ 3.400,00 para quitar uma despesa e aplicou todo o restante, durante 9 meses, a uma taxa de juros simples de 24% ao ano. Se os juros da segunda aplicação totalizaram R$ 4.140,00, então os juros da primeira aplicação foram de

a) R$ 3.960,00

b) R$ 4.600,00

c) R$ 5.280,00

d) R$ 4.140,00

e) R$ 4.400,00

13. Os projetos A e B, mutuamente excludentes, exigem o mesmo desembolso inicial D na data 0 e apresentam a mesma taxa interna de retorno, igual a 10% ao ano. Seus fluxos de caixa, em reais, estão no quadro abaixo.

Ano	Projeto A	Projeto B
0	−D	−D
1	4.400,00	0,00
2	18.150,00	Y

O valor de Y, em reais, é igual a

a) 22.990,00

b) 22.550,00

c) 20.900,00

d) 23.474,00

e) 22.150,00

14. Uma duplicata de valor nominal igual a R$ 30.000,00 foi descontada em um banco 5 meses antes de seu vencimento, segundo uma operação de desconto comercial simples, a uma taxa de desconto de 4% ao mês.

A taxa mensal de juros simples efetivamente cobrada pelo banco nessa operação foi de

a) 3,33%

b) 4,00%

c) 4,56%

d) 5,00%

e) 4,80%

15. Uma empresa deve pagar R$ 21.000,00 daqui a 1 mês e R$ 33.075,00 daqui a 3 meses. Ela propõe ao credor substituir essas duas obrigações por um pagamento único daqui a 2 meses, considerando a taxa de juros compostos de 5% ao mês.

Se o credor aceitar a proposta, o valor do pagamento único será de

a) R$ 52.050,00

b) R$ 53.550,00

c) R$ 54.075,00

d) R$ 53.471,25

e) R$ 56.778,75

16. Um financiamento de R$ 240.000,00 será quitado em 60 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira 1 mês após a liberação dos recursos, pelo Sistema de Amortização Misto (SAM), a uma taxa de juros de 1% ao mês. Considere que, pelo Sistema Francês, nas mesmas condições, o valor de cada prestação seria de R$ 5.338,00.

O valor da amortização incluída na primeira prestação pelo SAM é igual a

a) R$ 3.469,00

b) R$ 2.938,00

c) R$ 4.000,00

d) R$ 5.869,00

e) R$ 3.200,00

17. Um investidor manteve uma aplicação durante dois anos. No primeiro ano, a aplicação rendeu 9,2% e, no segundo, 11,3%. As taxas de inflação nesses anos foram de 4% e 5%, respectivamente.

A taxa real de juros acumulada no período de dois anos foi de

a) 11,00%

b) 11,50%

c) 11,83%

d) 11,30%

e) 21,54%

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

18. Em certo ano não bissexto, o dia 1º de março caiu em uma quinta-feira. Nesse dia, uma comissão de auditoria realizou a sua primeira reunião e decidiu que as reuniões seguintes ocorreriam sempre 23 dias após a reunião imediatamente anterior, inclusive em fins de semana e feriados.

A 10ª reunião dessa comissão ocorreu em

a) 1º de setembro, um sábado.

b) 23 de setembro, um domingo.

c) 24 de setembro, uma segunda-feira.

d) 25 de setembro, uma terça-feira.

e) 17 de outubro, uma quarta-feira.

19. Considere verdadeiras as seguintes afirmações:

- Se o relatório foi aprovado, então a auditoria foi encerrada.
- Se a auditoria foi encerrada, então o processo foi arquivado ou a multa foi aplicada.
- O processo não foi arquivado e a multa não foi aplicada.
- Ou o relatório foi aprovado, ou Jonas foi convocado, mas não ambos.
- Se Jonas foi convocado, então Paula viajou ou Renata não compareceu.
- Renata compareceu.

A partir dessas afirmações, é correto concluir que

a) o relatório foi aprovado e Paula viajou.

b) a auditoria foi encerrada ou Renata não compareceu.

c) Jonas não foi convocado e Paula viajou.

d) o processo foi arquivado ou a auditoria foi encerrada.

e) Jonas foi convocado e Paula viajou.

20. Três auditores fiscais, Bruno, Celso e Davi, atuam em setores distintos de uma secretaria estadual de fazenda, sendo eles ICMS, IPVA e ITCMD, e moram em cidades distintas, sendo elas Blumenau, Chapecó e Joinville, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

- o auditor que atua no setor de IPVA mora em Chapecó;
- Bruno não atua no setor de ICMS e não mora em Joinville;
- Davi mora em Blumenau;
- quem mora em Joinville não atua no setor de ITCMD.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

a) Celso atua no setor de ITCMD.

b) Davi atua no setor de ITCMD e mora em Blumenau.

c) Bruno mora em Joinville.

d) o auditor que atua no setor de ICMS mora em Blumenau.

e) Celso mora em Chapecó.

21. Considere a sequência ilimitada a seguir, construída segundo um padrão lógico.

4, 200, 7, 195, 10, 190, 13, 185, 16, 180, ...

Nessa sequência, a posição ocupada pelo primeiro termo de posição par que é menor do que o termo imediatamente anterior a ele é

a) 26.

b) 50.

c) 51.

d) 52.

e) 54.

22. O coordenador de uma equipe de fiscalização pretende distribuir certa quantidade de processos entre os analistas da equipe. Se cada analista receber 14 processos, sobrarão 9 processos sem distribuição; se cada analista receber 17 processos, faltarão 15 processos para completar a distribuição. O número de processos a ser distribuído é

a) 121.

b) 112.

c) 136.

d) 145.

e) 37.

23. Um programa de computador escreve, sem espaços e indefinidamente, a palavra AUDITORIA, repetindo-a sempre na mesma ordem de letras:

AUDITORIAAUDITORIAAUDITORIA...

A 2026ª letra escrita pelo programa e a quantidade de letras I entre as 2026 primeiras letras escritas são, respectivamente,

a) A e 449.

b) U e 450.

c) A e 451.

d) I e 450.

e) A e 450.

24. Ao final do expediente, o cofre de uma repartição fazendária foi encontrado aberto. Sabe-se que exatamente um entre os servidores Edu, Fabi, Gil e Hugo deixou o cofre aberto. Questionados, eles fizeram as seguintes declarações:

- Edu: "Foi a Fabi."
- Fabi: "Foi o Hugo."
- Gil: "Não fui eu."
- Hugo: "A Fabi está mentindo."

Sabendo que apenas um dos quatro servidores disse a verdade, o servidor que deixou o cofre aberto e o servidor que disse a verdade são, respectivamente,

a) Gil e Fabi.

b) Gil e Hugo.

c) Hugo e Fabi.

d) Fabi e Edu.

e) Hugo e Gil.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

25. Uma equipe técnica registrou o número de ocorrências de manutenção corretiva em cinco equipamentos durante determinado período. Os valores observados foram:

$$3, 5, 5, 7, 10$$

Com base nesses dados, é correto afirmar que a média aritmética, a mediana, a moda e a amplitude total dessa distribuição são, respectivamente:

a) 5; 5; 6; 7.

b) 6; 6; 5; 7.

c) 6; 5; 5; 7.

d) 6; 5; 7; 5.

e) 7; 6; 5; 7.

26. Uma comissão técnica será formada por três servidores escolhidos entre seis integrantes de uma equipe. Dois desses integrantes ocupam funções de supervisão, enquanto os outros quatro exercem funções técnicas.

Para garantir a participação da supervisão nas decisões da comissão, foi estabelecido que pelo menos um dos dois supervisores deverá integrar o grupo.

O número de comissões distintas que podem ser formadas, atendendo a essa condição, é

a) 16

b) 18

c) 20

d) 21

e) 24

27. Uma unidade administrativa recebe, em média, duas solicitações de atendimento por hora. Para fins de planejamento, admite-se que o número de solicitações recebidas em determinado intervalo segue uma distribuição de Poisson, com ocorrências independentes.

Considerando que a probabilidade de ocorrência de exatamente (k) eventos em um intervalo com parâmetro (λ) é dada por

$$P(X = k) = \frac{e^{-\lambda}\lambda^{k}}{k!},$$

e sabendo que, em determinado intervalo de meia hora, o parâmetro da distribuição é igual a 1, a probabilidade de que sejam recebidas exatamente duas solicitações nesse intervalo é:

a) $\frac{1}{e}$.

b) $\frac{1}{e^2}$

c) $\frac{1}{6e}$

d) $\frac{1}{2e}$

e) $\frac{1}{2}$

28. Um órgão público deseja estimar o tempo médio de execução de determinado procedimento administrativo. Para isso, selecionou uma amostra aleatória simples de 16 processos, obtendo tempo médio de 30 minutos.

Estudos anteriores indicam que o desvio-padrão populacional desse tempo é de 4 minutos. Admitindo distribuição normal da população e adotando, para fins de cálculo, o valor crítico aproximado $(z = 2)$ para um intervalo de confiança de 95%, o intervalo de confiança para o tempo médio populacional é:

a) [26; 34] minutos.

b) [28; 32] minutos.

c) [27; 33] minutos.

d) [29; 31] minutos.

e) [24; 36] minutos.

29. Um analista pretende estabelecer uma relação linear entre o tempo de operação de determinado equipamento, representado por (x), e o custo de manutenção associado, representado por (y).

Para isso, foram obtidos os seguintes dados:

Tempo de operação (x)	**Custo (y)**
1	2
2	4
3	5
4	7

Considerando que a reta de regressão linear simples é expressa por

$$\hat{y} = a + bx,$$

em que (a) representa o intercepto e (b) o coeficiente angular, a estimativa do custo para um tempo de operação igual a 5 unidades será:

a) 7,5.

b) 8,0

c) 8,5.

d) 9,0.

e) 9,5.

30. Cinco atividades de auditoria, identificadas pelas letras A, B, C, D e E, deverão ser executadas em uma sequência que respeite integralmente as seguintes condições:

- A atividade A deverá ocorrer antes da atividade C;
- a atividade B deverá ocorrer antes da atividade D;
- a atividade D deverá ocorrer antes da atividade A;
- a atividade E deverá ocorrer depois da atividade B e antes da atividade C.

Considerando que todas as atividades deverão ser executadas uma única vez, o número de sequências distintas que atendem simultaneamente a todas as condições é:

a) 2.

b) 3.

c) 4.

d) 5.

e) 6.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos individuais, coletivos e sociais, é correto afirmar, de acordo com a Constituição Federal de 1988, que

a) a prevalência dos direitos humanos e a garantia do desenvolvimento nacional são princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

b) a criação de associações para fins lícitos independe de autorização estatal, e a suspensão compulsória de suas atividades exige decisão judicial, dispensado o trânsito em julgado.

c) a reunião pacífica, sem armas e em local aberto ao público, depende de autorização da autoridade competente, ainda que tenha sido previamente comunicada e não frustre outra reunião convocada para o mesmo local.

d) a renda básica familiar é assegurada ao brasileiro em situação de vulnerabilidade social por programa temporário de transferência de renda, cujos requisitos de acesso serão definidos em lei.

e) o direito de petição aos Poderes Públicos é gratuito quando exercido em defesa de direitos, admitida a cobrança de taxa quando se destinar a combater ilegalidade ou abuso de poder.

32. Júlia nasceu no Canadá, filha de mãe brasileira e pai canadense. Na época, sua mãe trabalhava para uma empresa privada, e o nascimento foi registrado no consulado brasileiro competente. Aos 29 anos, já residente no Brasil, Júlia cogitou candidatar-se a deputada federal ou a senadora nas eleições gerais daquele ano.

Consideradas preenchidas as demais condições de elegibilidade, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Júlia

a) depende de opção pela nacionalidade brasileira após a maioridade para ser considerada brasileira nata, ainda que seu nascimento tenha sido registrado no consulado brasileiro.

b) é brasileira naturalizada em razão do registro consular e pode candidatar-se a deputada federal, cargo acessível a brasileiros natos e naturalizados.

c) é brasileira nata e pode concorrer a qualquer dos dois cargos, pois a idade mínima de vinte e um anos se aplica aos mandatos eletivos nas duas Casas do Congresso Nacional.

d) é brasileira nata e pode candidatar-se a deputada federal, mas, se eleita, ficará impedida de presidir a Câmara dos Deputados por ter nascido fora do território nacional.

e) é brasileira nata pelo registro consular e tem idade para disputar uma vaga na Câmara dos Deputados, sendo exigidos trinta e cinco anos para concorrer ao Senado Federal.

33. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, é correto afirmar que

a) o desmembramento de parte de um estado para a formação de outro depende de plebiscito restrito à população da área a ser desmembrada e de aprovação do Congresso Nacional por lei complementar.

b) a criação de municípios é feita por lei estadual, editada dentro do período definido por lei complementar federal e submetida a referendo das populações dos municípios envolvidos.

c) os territórios federais integram a União e podem ser divididos em municípios, aos quais se aplicam, no que couber, as normas constitucionais sobre a organização municipal.

d) o Distrito Federal rege-se por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada pela maioria absoluta da Câmara Legislativa.

e) os estados são regidos por suas próprias constituições e leis, sendo-lhes reservadas apenas as competências expressamente enumeradas na Constituição Federal.

34. Helena ocupa cargo efetivo de apoio administrativo, de nível médio, na Secretaria da Fazenda de determinado estado. Após aprovação em concurso público, foi nomeada para o cargo efetivo de professora da rede de ensino do mesmo estado. Os horários são compatíveis. Cada remuneração, considerada isoladamente, está abaixo do subteto aplicável ao Poder Executivo estadual, embora a soma das duas ultrapasse esse limite.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Helena

a) pode acumular os cargos e receber integralmente as duas remunerações, pois o limite remuneratório aplicável deve ser observado separadamente em cada vínculo.

b) pode acumular os cargos, devendo haver desconto sobre os valores recebidos caso a soma das remunerações exceda o subteto previsto para o Executivo estadual.

c) deve optar por um dos cargos, pois a acumulação com o magistério exige que o outro cargo tenha natureza técnica ou científica.

d) somente poderia acumular o cargo administrativo com o de professora se o segundo vínculo fosse estabelecido com outro ente da Federação.

e) pode acumular os cargos, devendo a soma das remunerações respeitar o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal, além de cada vínculo observar o subteto estadual.

35. Após a vacância da presidência do Banco Central, o presidente da República indicou uma economista para ocupar o cargo. No mesmo período, celebrou um tratado internacional que prevê contribuições financeiras obrigatórias do Brasil para um fundo multilateral, com encargos gravosos ao patrimônio nacional.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

a) a indicação é aprovada pela Câmara dos Deputados, após arguição pública, enquanto a deliberação definitiva sobre o tratado cabe ao Congresso Nacional.

b) a indicação depende de aprovação prévia do Senado Federal, em votação aberta, após arguição pública, cabendo ao Congresso Nacional deliberar definitivamente sobre o tratado.

c) o Senado Federal aprova previamente a indicação, por voto secreto após arguição em sessão secreta, e o Congresso Nacional delibera definitivamente sobre o tratado internacional.

d) a nomeação depende de aprovação prévia do Senado Federal, por voto secreto após arguição pública, cabendo ao próprio Senado aprovar o tratado em razão de seu conteúdo financeiro.

e) a nomeação exige aprovação prévia do Senado Federal, por voto secreto após arguição pública, e a deliberação definitiva sobre o tratado cabe ao Congresso Nacional.

36. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a respeito do orçamento público e da fiscalização das finanças da União, é correto afirmar que

a) a fiscalização exercida pelo Congresso Nacional abrange a legalidade, a legitimidade e a economicidade, cabendo exclusivamente ao controle interno a análise das renúncias de receitas.

b) a lei orçamentária anual pode autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais, desde que indique os recursos correspondentes para financiar as despesas.

c) a comissão mista permanente de orçamento pode sustar diretamente a despesa que o Tribunal de Contas da União considere irregular, se identificar risco de dano irreparável ou de grave lesão à economia pública.

d) a comissão mista permanente de orçamento pode, diante de indícios de despesa não autorizada, solicitar esclarecimentos à autoridade governamental responsável, a serem prestados em cinco dias.

e) a lei de diretrizes orçamentárias define, de forma regionalizada, os objetivos e metas da administração federal para as despesas de capital e para os programas de duração continuada.

37. À luz das disposições da Constituição Federal de 1988 sobre os princípios gerais da atividade econômica, é correto afirmar que

a) o livre exercício de atividade econômica pode ser condicionado à autorização de órgão público por regulamento, ainda que inexista previsão legal para essa exigência.

b) constitui princípio da ordem econômica o tratamento favorecido às empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no País.

c) a defesa do meio ambiente admite tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços finais, excluídos os respectivos processos de elaboração e de prestação.

d) a delegação de serviços públicos exige licitação quando se der por concessão, podendo a permissão ser outorgada diretamente em razão da natureza precária do vínculo.

e) a propriedade do solo abrange as jazidas minerais nele existentes, ainda que sua exploração dependa de autorização ou concessão da União.

38. Para ampliar o atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a União e determinado estado elaboraram uma proposta conjunta. A equipe técnica sugeriu adotar, para ambos os entes, o piso de 15% da receita corrente líquida, exigir dos usuários filiação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e atribuir o monitoramento do programa exclusivamente aos gestores públicos.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei Complementar nº 141/2012, é correto afirmar que

a) os pisos nacionais são de 15% da receita corrente líquida da União e de 12% sobre base estadual própria, assegurados o acesso universal e a participação social no monitoramento.

b) o piso de 15% da receita corrente líquida vale para a União e para o estado, devendo o programa assegurar tanto o acesso universal ao SUS quanto a participação social no monitoramento.

c) os pisos são de 15% da receita corrente líquida para a União e de 12% sobre base própria para o estado, que pode exigir filiação previdenciária para acesso aos novos serviços.

d) o acesso ao SUS é universal e a aplicação mínima de recursos segue bases de cálculo distintas para União e estado, podendo o monitoramento ser reservado aos gestores públicos.

e) o mínimo da União é de 18% da receita resultante de impostos, e o acesso aos serviços do SUS independe de contribuição previdenciária.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Rodrigo Bet

39. O Governador de Santa Catarina encaminha suas contas anuais, que são anexadas às dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do próprio Tribunal de Contas, e os autos seguem ao TCE-SC, órgão que auxilia a Assembleia Legislativa no controle externo. Nas discussões, surgem dúvidas sobre o parecer prévio e sobre a composição da Corte.

De acordo com a Constituição do Estado de Santa Catarina,

a) o parecer prévio sobre as contas do Governador deve ser elaborado em noventa dias.

b) a Assembleia Legislativa escolhe três Conselheiros, e o Governador, quatro.

c) o parecer prévio levará em consideração as contas dos três últimos exercícios financeiros.

d) os Conselheiros têm as mesmas garantias dos Ministros do STJ.

e) a nomeação de Conselheiro exige mais de trinta anos de idade.

40. Em aula sobre o Poder Executivo estadual, o professor propõe a seguinte situação: o Governador de Santa Catarina fica impedido de exercer o cargo e, logo depois, o mesmo ocorre com o seu substituto imediato. Os alunos passam então a discutir quem deve ser chamado ao exercício da governança, e em que ordem.

De acordo com a Constituição do Estado de Santa Catarina, a linha sucessória do Governador é composta, sucessivamente, por

a) Presidente da Assembleia Legislativa, Vice-Governador e Presidente do Tribunal de Justiça.

b) Vice-Governador, Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente da Assembleia Legislativa.

c) Vice-Governador, Secretário de Estado da Casa Civil e Presidente da Assembleia Legislativa.

d) Vice-Governador, Presidente da Assembleia Legislativa e Presidente do Tribunal de Justiça.

e) Vice-Governador, Presidente da Assembleia Legislativa e Procurador-Geral de Justiça.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

41. O Secretário de Estado da Fazenda pretende delegar parte de suas competências ao Diretor de Administração Tributária e, eventualmente, avocar competências de unidades subordinadas. Considerando as normas da Lei federal nº 9.784/1999, aplicáveis por analogia, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

a) A delegação de competência somente é admitida em favor de órgãos ou titulares hierarquicamente subordinados ao delegante.

b) As decisões adotadas por delegação consideram-se editadas pelo delegante, o qual responderá por elas com base na culpa *in eligendo*.

c) Admite-se a avocação de competência atribuída a órgão não subordinado hierarquicamente, desde que haja motivo relevante devidamente justificado e seja do interesse público.

d) O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante e pode conter ressalva de exercício da atribuição delegada, sendo que as mencionadas normas legais aplicam-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.

e) Contra ato praticado no exercício de competência delegada, o mandado de segurança deve ser impetrado contra a autoridade delegante.

42. Lei estadual atribuiu a sociedade de economia mista, cujo capital social é majoritariamente público e que presta exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial, a fiscalização do trânsito em rodovias estaduais, inclusive com a aplicação de multas. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o Código Tributário Nacional, é correto afirmar:

a) A delegação é inconstitucional, pois o poder de polícia é indelegável a pessoas jurídicas de direito privado.

b) A delegação seria válida ainda que realizada por contrato administrativo a concessionária privada, desde que precedida de licitação.

c) Considera-se regular o exercício do poder de polícia ainda que desempenhado por órgão incompetente, desde que observado o devido processo legal.

d) Os atos de polícia são dotados de autoexecutoriedade, inclusive a cobrança forçada das multas aplicadas, que independe de processo judicial.

e) A delegação é constitucional, pois o poder de polícia pode ser delegado, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, abrangendo inclusive a fase de sanção, mas não a ordem de polícia

43. Considerando o art. 37, § 6º, da Constituição Federal e as teses fixadas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral, é correto afirmar:

a) A vítima de dano causado por agente público no exercício da função pode optar por ajuizar a ação indenizatória diretamente contra o agente causador, em litisconsórcio facultativo com o Estado.

b) A concessionária de transporte coletivo responde objetivamente pelos danos causados aos usuários do serviço, mas subjetivamente pelos danos causados a terceiros não usuários.

c) O Estado é civilmente responsável, na forma da teoria do risco administrativo, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, e a perícia inconclusiva sobre a origem do disparo fatal não é suficiente, por si só, para afastar essa responsabilidade, cabendo ao ente federativo o ônus de demonstrar eventuais excludentes.

d) O Estado sempre responde objetivamente pelos danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, a menos que se comprove a existência de excludentes de responsabilidade estatal.

e) Em caso de morte de detento em estabelecimento prisional, o Estado somente responde se comprovada a culpa individualizada de agente penitenciário

44. Considere as seguintes situações hipotéticas, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça:

I. Ação de ressarcimento ajuizada pelo Estado contra particular que, conduzindo veículo próprio de forma imprudente, colidiu com viatura oficial, causando-lhe danos. A pretensão estatal é prescritível.

II. Execução de acórdão de Tribunal de Contas que imputou débito a ex-gestor público, por irregularidade na aplicação de recursos de convênio. A pretensão executória é imprescritível, por se tratar de ressarcimento ao erário.

III. Ação de ressarcimento ao erário fundada na prática de ato doloso de improbidade administrativa, reconhecido judicialmente. A pretensão de ressarcimento é imprescritível.

IV. Ação de indenização movida por particular contra a Fazenda Pública estadual, em razão de dano causado por agente público. Aplica-se o prazo prescricional trienal previsto no Código Civil para a pretensão de reparação civil.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I, III e IV.

b) I e III.

c) II e IV.

d) II e III.

e) I e IV

45. Em razão de interpretação equivocada de norma remuneratória pelo setor de pessoal, determinado servidor público passou a receber, de boa-fé, a partir de março de 2019, gratificação indevida, com pagamentos mensais contínuos desde então. Em abril de 2025, a Administração identificou a ilegalidade e pretende anular o ato concessivo.

Considerando a disciplina da Lei federal nº 9.784/1999 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

a) O direito de anular o ato decaiu, pois, no caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial de cinco anos conta-se da percepção do primeiro pagamento, ressalvada a comprovada má-fé, e, ademais, o desfazimento de ato do qual já decorreram efeitos concretos deve ser precedido de regular processo administrativo.

b) O direito de anular o ato não decaiu, pois, nos atos de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial renova-se a cada pagamento mensal efetuado ao servidor.

c) A anulação poderá ocorrer a qualquer tempo, pois a Administração não pode convalidar pagamentos indevidos, em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público.

d) Tratando-se de vício sanável, a Administração estará obrigada a convalidar o ato, ainda que a convalidação acarrete lesão ao interesse público, em respeito à boa-fé do servidor.

e) A Administração poderá revogar o ato concessivo em razão de sua ilegalidade, com efeitos ex nunc, preservando-se os valores recebidos até a data da revogação

46. Considerando as normas da Constituição Federal sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, aplicáveis, no que couber, aos Tribunais de Contas dos Estados, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

a) O Tribunal de Contas do Estado pode sustar diretamente a execução de contrato administrativo impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa.

b) As decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa têm eficácia de título executivo, cabendo ao próprio Tribunal de Contas promover a respectiva execução judicial.

c) Estão sujeitos a registro pelo Tribunal de Contas os atos de admissão de pessoal a qualquer título, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão.

d) Na apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, o Tribunal de Contas está sujeito ao prazo de cinco anos, contado da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, sendo dispensados o contraditório e a ampla defesa nessa apreciação inicial.

e) O Estado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada pelo Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal

47. Considere as afirmativas abaixo a respeito da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação):

I. O pedido de acesso a informações de interesse público deve conter a identificação do requerente e a exposição dos motivos determinantes da solicitação, a fim de permitir a análise de sua pertinência.

II. Não sendo possível conceder o acesso imediato à informação disponível, o órgão deverá atender ao pedido em prazo não superior a 20 dias, prorrogável por mais 10 dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

III. As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 anos a contar da sua data de produção.

IV. A informação classificada no grau secreto terá seu acesso restrito pelo prazo máximo de 25 anos, contado da data de sua produção.

V. Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I, II e IV.

b) II e IV.

c) II, III e V.

d) I, III e V.

e) III, IV e V

48. Considerando a Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

a) O ato de improbidade culposo praticado na vigência do texto anterior da lei, sem condenação transitada em julgado, continua punível na modalidade culposa, em razão da irretroatividade da lei nova.

b) Para os atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública, a lei prevê o pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e a proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo não superior a quatro anos, sem cominar a suspensão dos direitos políticos.

c) A ação para a aplicação das sanções prescreve em cinco anos, contados do término do exercício do mandato, do cargo em comissão ou da função de confiança.

d) Considera-se dolo a mera voluntariedade do agente, sendo suficiente, para a configuração do ato de improbidade, a demonstração de que a conduta foi praticada de forma livre.

e) Interrompida a prescrição, a ação judicial por improbidade administrativa sujeita-se ao prazo máximo de 30 anos de prescrição

49. A Secretaria de Estado da Fazenda pretende contratar, sem licitação, (i) a aquisição de licenças de software fornecidas por representante comercial exclusivo e (ii) a execução de serviços emergenciais para recuperação de sua rede lógica, danificada por descarga elétrica. Considerando a Lei nº 14.133/2021,

a) para a hipótese (i), a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo, vedada a preferência por marca específica, e, em caso de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário.

b) para a hipótese (ii), o contrato emergencial poderá ter duração de até um ano, contado da ocorrência da emergência, prorrogável por igual período caso persista a situação emergencial.

c) para a hipótese (ii), encerrado o contrato emergencial, admite-se a recontratação da mesma empresa por nova dispensa emergencial, desde que demonstrada a persistência da situação.

d) nas contratações de serviços técnicos especializados por inexigibilidade fundada em notória especialização, admite-se a subcontratação parcial do objeto, desde que autorizada expressamente no contrato.

e) é inexigível a licitação para a contratação de serviços de publicidade e divulgação prestados por empresa de notória especialização, quando demonstrada a singularidade do objeto

50. A respeito da alteração e da extinção dos contratos administrativos regidos pela Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar:

a) As alterações unilaterais podem transfigurar o objeto da contratação, desde que devidamente justificadas pela necessidade de melhor adequação técnica aos objetivos da Administração.

b) No caso de reforma de edifício ou de equipamento, o contratado será obrigado a aceitar acréscimos e supressões de até 50% do valor inicial atualizado do contrato.

c) A suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a um mês, confere ao contratado o direito à extinção do contrato.

d) Havendo alteração unilateral que aumente os encargos do contratado, o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser objeto de processo administrativo autônomo, posterior à formalização do aditivo.

e) O atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos devidos pela Administração confere ao contratado o direito à extinção do contrato ou, alternativamente, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, ressalvadas as hipóteses de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra

CIÊNCIA E ANÁLISE DE DADOS

Emannuelle Gouveia

51. Um órgão de controle pretende utilizar técnicas de Ciência de Dados para identificar possíveis irregularidades em despesas públicas. Para isso, dispõe de registros de pagamentos, contratos administrativos e informações sobre fornecedores. Durante a análise, a equipe identifica valores atípicos e padrões incomuns de contratação. Considerando os fundamentos da Ciência de Dados e sua aplicação à Administração Pública, a interpretação adequada desses resultados consiste em

a) utilizar técnicas de análise exploratória e detecção de anomalias para identificar registros que merecem investigação, reconhecendo que padrões atípicos representam indícios e não comprovam, isoladamente, a existência de irregularidades.

b) considerar todos os registros identificados como anômalos como evidências conclusivas de fraude, pois os algoritmos de detecção de anomalias são capazes de determinar automaticamente a existência de condutas ilícitas.

c) aplicar exclusivamente técnicas de análise descritiva para prever a ocorrência de irregularidades futuras, pois a identificação de padrões históricos garante a precisão das previsões sobre despesas públicas.

d) eliminar previamente todos os registros com valores extremos, pois a presença de outliers compromete obrigatoriamente a qualidade dos dados e impede a identificação de comportamentos irregulares.

e) utilizar modelos de aprendizado supervisionado sem dados previamente rotulados, pois esses algoritmos identificam automaticamente as categorias de fraude sem a necessidade de exemplos classificados durante o treinamento.

52. Um órgão público reúne informações provenientes de três fontes: registros de arrecadação armazenados em tabelas relacionais, documentos JSON recebidos de sistemas externos e relatórios administrativos em formato PDF. Antes de integrar essas informações em uma plataforma de análise, a equipe identifica registros duplicados, campos ausentes e divergências na representação de datas. O procedimento tecnicamente adequado consiste em

a) classificar os registros relacionais como dados semiestruturados, os documentos JSON como dados não estruturados e os relatórios PDF como dados estruturados, realizando a integração diretamente, sem necessidade de tratamento.

b) converter todos os arquivos para o formato CSV antes de verificar sua qualidade, pois a padronização da extensão garante a consistência dos valores e elimina automaticamente duplicidades e informações ausentes.

c) considerar os documentos JSON como dados estruturados obrigatoriamente vinculados a um esquema relacional fixo, dispensando a validação dos campos durante a integração com outras fontes.

d) identificar as características estruturais de cada fonte, avaliar a qualidade dos registros e aplicar procedimentos de limpeza, padronização e integração, preservando a rastreabilidade das transformações realizadas.

e) excluir todos os registros que apresentem campos ausentes ou valores divergentes, pois a remoção integral dessas ocorrências é obrigatória para assegurar a confiabilidade das análises.

53. Durante a análise de dados de arrecadação tributária, uma equipe identifica crescimento contínuo da receita ao longo de vários meses, associação positiva entre o volume de operações comerciais e os valores arrecadados, além de um aumento excepcional da arrecadação em determinado período. Considerando as técnicas de análise de dados, a interpretação adequada desses resultados consiste em

a) classificar o crescimento contínuo como uma anomalia, a associação positiva como uma relação de causalidade comprovada e o aumento excepcional como uma tendência permanente da arrecadação.

b) reconhecer o crescimento contínuo como uma possível tendência, a associação positiva como uma correlação que não comprova causalidade e o aumento excepcional como uma possível anomalia que exige investigação complementar.

c) interpretar a associação positiva entre as variáveis como evidência suficiente de que o aumento das operações comerciais é a única causa do crescimento da arrecadação, dispensando a análise de outros fatores.

d) considerar o aumento excepcional como um padrão sazonal confirmado, pois qualquer variação expressiva observada em uma série temporal representa um comportamento periódico que tende a se repetir.

e) concluir que a identificação de uma tendência crescente elimina a possibilidade de ocorrência de anomalias, pois os valores observados devem acompanhar obrigatoriamente o comportamento geral da série temporal.

54. Um órgão público utiliza um dashboard para acompanhar a execução orçamentária de suas unidades administrativas. O painel apresenta o percentual de execução do orçamento, os valores empenhados e pagos e a evolução mensal das despesas. Durante a avaliação dos resultados, a equipe precisa identificar desvios em relação às metas estabelecidas e fornecer informações para a tomada de decisão. A utilização adequada desses recursos consiste em

a) definir indicadores alinhados aos objetivos da gestão, comparar os resultados com metas e períodos de referência e utilizar visualizações que facilitem a identificação de desvios e tendências, permitindo o detalhamento das informações quando necessário.

b) utilizar exclusivamente os valores absolutos das despesas, pois indicadores percentuais e comparações temporais podem comprometer a interpretação dos resultados e dificultar a identificação de desvios orçamentários.

c) substituir os indicadores de desempenho por gráficos detalhados de todas as transações financeiras, pois a apresentação integral dos registros elimina a necessidade de estabelecer metas e critérios de avaliação.

d) apresentar os dados acumulados em gráficos de setores, independentemente da quantidade de categorias ou da necessidade de acompanhar sua evolução temporal, pois esse tipo de visualização é o mais adequado para identificar tendências.

e) considerar que a atualização automática dos dados garante a qualidade das informações exibidas no dashboard, dispensando procedimentos de validação, padronização e verificação da consistência dos registros.

55. Uma equipe de auditoria utiliza ferramentas analíticas para cruzar registros de pagamentos com informações cadastrais de fornecedores. Durante o processamento, identifica que alguns fornecedores possuem mais de um pagamento registrado e que determinados pagamentos não apresentam correspondência na base cadastral. Para assegurar a interpretação adequada dos resultados, a equipe deve

a) utilizar uma junção interna (INNER JOIN) entre as bases, pois essa operação preserva todos os pagamentos, inclusive aqueles que não possuem correspondência no cadastro de fornecedores.

b) utilizar uma junção à esquerda (LEFT JOIN), considerando a tabela de pagamentos como origem, para preservar todos os registros de pagamentos e identificar aqueles sem correspondência cadastral, verificando também a unicidade das chaves utilizadas no relacionamento.

c) eliminar previamente os pagamentos repetidos de um mesmo fornecedor, pois a existência de múltiplas transações associadas à mesma chave representa obrigatoriamente uma duplicidade indevida.

d) utilizar uma junção cruzada (CROSS JOIN) para relacionar pagamentos e fornecedores, pois essa operação identifica automaticamente as correspondências entre as chaves e elimina os registros inconsistentes.

e) substituir o cruzamento das bases por gráficos de distribuição, pois as ferramentas de visualização permitem identificar diretamente as correspondências entre registros sem a necessidade de relacionar os dados.

56. Uma organização utiliza uma solução de Business Intelligence (BI) para acompanhar indicadores de desempenho provenientes de sistemas financeiros, administrativos e operacionais. Durante a implantação, a equipe identifica diferenças na nomenclatura dos campos e nos critérios de cálculo dos indicadores entre os sistemas. Para garantir análises consistentes, a medida mais adequada consiste em

a) conectar os sistemas diretamente aos dashboards, sem realizar transformações nos dados, pois as ferramentas de BI identificam automaticamente diferenças semânticas e padronizam os indicadores utilizados.

b) substituir os sistemas transacionais por ferramentas de BI, pois estas são responsáveis pelo registro das operações diárias e pela manutenção das transações que originam os indicadores gerenciais.

c) armazenar os dados de cada sistema em repositórios independentes e impedir sua integração, pois a separação das fontes elimina divergências nos critérios de cálculo e garante a comparabilidade dos resultados.

d) estabelecer regras de integração e padronização dos dados, definir critérios uniformes para o cálculo dos indicadores e disponibilizar informações consolidadas para análise, preservando a rastreabilidade das fontes utilizadas.

e) priorizar exclusivamente a apresentação gráfica dos resultados, pois a qualidade visual dos dashboards é suficiente para assegurar a confiabilidade das informações e a consistência das análises gerenciais.

57. Uma instituição pública utiliza técnicas de Analytics para analisar o aumento das despesas operacionais. Após identificar os setores com maiores variações de gastos, a equipe pretende investigar os fatores associados a essas mudanças e avaliar possíveis medidas para otimizar a utilização dos recursos. Considerando as diferentes abordagens de Analytics, a aplicação adequada dessas técnicas consiste em

a) utilizar a análise descritiva para determinar as causas das variações de despesas, pois essa abordagem identifica automaticamente os fatores responsáveis pelos resultados observados.

b) aplicar a análise preditiva para estabelecer diretamente as medidas de redução de custos que devem ser adotadas, pois sua principal finalidade é recomendar decisões ótimas com base em restrições operacionais.

c) empregar a análise diagnóstica para prever os valores futuros das despesas, utilizando exclusivamente os registros históricos e dispensando a investigação das relações entre as variáveis.

d) utilizar a análise prescritiva apenas para organizar os registros financeiros e apresentar indicadores históricos, pois essa abordagem se limita à descrição dos resultados já observados.

e) combinar a análise diagnóstica para investigar os fatores associados às variações das despesas, a análise preditiva para estimar comportamentos futuros e a análise prescritiva para avaliar e recomendar alternativas de ação, considerando objetivos e restrições da instituição.

58. Um órgão de fiscalização pretende utilizar técnicas de Data Mining para identificar padrões de comportamento em registros de contribuintes. A base de dados contém informações sobre valores declarados, frequência de operações e histórico de pagamentos, mas não possui uma classificação prévia dos contribuintes em grupos de risco. Para identificar perfis com características semelhantes, a técnica mais adequada consiste em

a) aplicar algoritmos de classificação supervisionada, pois esses métodos identificam automaticamente as classes de risco sem a necessidade de exemplos previamente rotulados.

b) utilizar regras de associação para distribuir obrigatoriamente os contribuintes em grupos mutuamente exclusivos, pois essa técnica determina a similaridade entre registros por meio de medidas de distância.

c) empregar algoritmos de agrupamento (clustering), que permitem identificar conjuntos de contribuintes com características semelhantes, sem exigir rótulos previamente definidos, possibilitando a análise posterior dos perfis encontrados.

d) aplicar exclusivamente técnicas de regressão linear, pois esses modelos são destinados à formação de grupos de registros semelhantes e dispensam a definição de uma variável dependente.

e) utilizar algoritmos de classificação para atribuir automaticamente categorias definitivas de irregularidade aos contribuintes, pois a identificação de padrões estatísticos comprova a existência de infrações fiscais.

59. Um órgão público utiliza técnicas de Web Scraping para coletar informações disponíveis em páginas de diferentes portais institucionais. Durante a execução, a equipe identifica que alguns dados são carregados dinamicamente por JavaScript e que alterações na estrutura HTML das páginas provocam falhas na extração. Para aumentar a confiabilidade do processo, a estratégia adequada consiste em

a) utilizar exclusivamente requisições HTTP para obter o código HTML inicial das páginas, pois esse procedimento garante a captura de todos os dados apresentados pelo navegador, inclusive aqueles carregados posteriormente por JavaScript.

b) substituir a extração automatizada por consultas ao DNS, pois esse serviço permite recuperar diretamente o conteúdo das páginas e identificar os elementos HTML que armazenam as informações desejadas.

c) utilizar seletores CSS baseados exclusivamente na posição dos elementos na página, pois essa abordagem impede que alterações na estrutura HTML comprometam a identificação dos dados.

d) executar requisições simultâneas sem limitação de frequência, pois o aumento da quantidade de acessos elimina falhas de extração e garante a disponibilidade dos servidores consultados.

e) verificar a existência de APIs adequadas à coleta, utilizar mecanismos compatíveis com o carregamento dinâmico quando necessário e implementar validações dos dados extraídos, tratamento de falhas e manutenção dos seletores utilizados.

60. Um órgão público pretende modernizar seus serviços digitais, permitindo que informações cadastrais já disponíveis em outros sistemas governamentais sejam utilizadas na análise de solicitações dos cidadãos. Para isso, planeja integrar diferentes bases de dados e automatizar etapas do atendimento. Considerando os princípios da transformação digital e da interoperabilidade na Administração Pública, a medida adequada consiste em

a) centralizar todos os dados governamentais em um único sistema, eliminando os controles de acesso entre os órgãos, pois a interoperabilidade exige o compartilhamento irrestrito das informações.

b) estabelecer mecanismos de interoperabilidade entre os sistemas, com padrões de comunicação e troca de dados, permitindo a reutilização de informações e a automação de procedimentos, observadas as regras de segurança, privacidade e proteção de dados.

c) substituir integralmente os servidores públicos por sistemas automatizados, pois a transformação digital pressupõe a eliminação da intervenção humana em todas as etapas dos processos administrativos.

d) disponibilizar formulários eletrônicos para os cidadãos, mantendo a exigência de apresentação repetida de informações já disponíveis em bases governamentais, pois a digitalização dos documentos caracteriza, por si só, a transformação digital dos serviços.

e) utilizar algoritmos de inteligência artificial para autorizar automaticamente o compartilhamento de dados pessoais entre órgãos públicos, dispensando a definição de finalidades e a aplicação de controles de segurança.

ÉTICA, INTEGRIDADE E PREVENÇÃO AO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO

Tiago Zanolla

61. Helena, auditora fiscal de uma Secretaria da Fazenda, publica em seu perfil pessoal, num domingo, comentário ofensivo ao chefe do Poder Executivo. A chefia instaura procedimento para apurar a conduta, e Helena alega que o episódio ocorreu fora do expediente e em ambiente privado. Nesse cenário, considerando os fundamentos da ética digital do servidor público, assinale a alternativa correta.

a) A apuração é indevida, porque, encerrado o expediente, a separação entre vida pública e vida privada do servidor volta a ser integral, o que impede a Administração de examinar manifestações feitas em perfil pessoal.

b) A apuração só seria admissível se a publicação tivesse sido feita durante o expediente, a partir de equipamento da repartição, pois o vínculo funcional do servidor se limita ao horário de trabalho e ao espaço físico do órgão, e não alcança o ambiente digital.

c) A Administração pode apurar a conduta mesmo fora do expediente, especialmente quando a publicação afeta a reputação profissional do servidor ou a imagem da instituição, já que a identidade funcional o acompanha no espaço público digital.

d) A liberdade de expressão assegurada pela Constituição é garantia absoluta e afasta qualquer apuração administrativa de manifestação em rede social.

e) A apuração compete exclusivamente ao Poder Judiciário, pois a Administração não tem competência para examinar condutas praticadas fora da repartição.

62. Acerca da relação entre o Código de Ética e o Regime Disciplinar do servidor, e considerando as disposições da teoria sobre padrões de conduta ética na gestão pública, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O Código de Ética, por ter natureza preventiva e orientadora, dispensa o Regime Disciplinar, de modo que a existência de um instrumento torna desnecessária a do outro.

b) O Código de Ética estabelece padrões de comportamento baseados em valores e princípios morais e funciona como uma bússola que orienta as decisões do servidor de maneira proativa.

c) O Regime Disciplinar é mais restritivo e punitivo, voltado ao cumprimento de regras e às penalidades aplicáveis a quem as desobedece.

d) Os dois instrumentos têm naturezas e objetivos distintos, mas se complementam na promoção do bem comum.

e) O Código de Ética incentiva o servidor a agir de forma ética e moralmente responsável, inclusive em situações que não estão explicitamente contempladas pelo Regime Disciplinar.

63. Tomás, auditor fiscal convidado a palestrar em uma escola pública, explica aos estudantes o conceito de cidadania a partir do modelo de T. H. Marshall. Nesse cenário, considerando as disposições da teoria sobre ética e cidadania, assinale a alternativa que traz explicação correta.

a) Na experiência inglesa descrita por Marshall, a dimensão civil, que compreende o direito de votar e ser votado, foi a última a se consolidar, já no século XX.

b) A dimensão política compreende o direito a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança, incluindo saúde, educação, previdência e moradia, e encontra fundamento no art. 6º da Constituição.

c) A cidadania contempla os aspectos civil, político e previdenciário, e a ordem histórica de surgimento descrita por Marshall constitui regra aplicável a todos os países.

d) Apenas a dimensão civil integra a cidadania, porque somente ela se refere à liberdade individual, o que exclui do conceito os direitos políticos e sociais.

e) A dimensão social abrange o direito a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança, como saúde, educação, previdência e moradia, e a sequência civil, política e social descreve a formação histórica na Inglaterra.

64. Camila, servidora da área de compras de uma Secretaria da Fazenda, redige as especificações de um edital de modo que somente uma empresa específica consiga atendê-las. Camila não recebe nenhuma vantagem financeira por isso. Nesse cenário, considerando as disposições da teoria sobre fatores e fenômenos que caracterizam ações antiéticas, assinale a alternativa correta.

a) Não há conduta antiética, pois a ausência de benefício financeiro direto à servidora afasta a caracterização do favorecimento.

b) Há favorecimento, versão sofisticada da família do nepotismo, pois a identidade de quem será beneficiado influi na decisão antes da análise dos méritos, ainda que a servidora não obtenha vantagem direta.

c) A conduta se enquadra exclusivamente na captura regulatória, fenômeno em que o regulado passa a dominar o regulador.

d) A conduta só seria antiética se configurasse nepotismo, tema disciplinado pela Súmula Vinculante 13, que trata do direcionamento de licitação.

e) Trata-se de zona cinzenta ética, hipótese em que os critérios binários bastam para a análise, o que dispensa qualquer protocolo de decisão.

65. Paulo, servidor do setor de licitações de uma Secretaria da Fazenda, ouve do chefe duas sugestões: abrir as propostas de um certame em sessão reservada, para ganhar tempo, e reorganizar o modo de conduzir a rotina interna de protocolo, para torná-la mais ágil. Nesse cenário, considerando as disposições da teoria sobre regras imperativas e regras constitutivas, assinale a alternativa correta.

a) Ambas as sugestões podem ser adotadas livremente, pois as regras imperativas e as constitutivas oferecem o mesmo espaço para interpretação e desvio por parte do servidor.

b) A sessão reservada seria admissível se trouxesse ganho de eficiência, porque a regra imperativa estabelece apenas padrões máximos de conduta, que o servidor pode flexibilizar conforme as circunstâncias.

c) A reorganização da rotina de protocolo exigiria o mesmo rigor da regra imperativa, pois o desvio de uma regra constitutiva acarreta, por si só, reprimenda e ação judicial.

d) A abertura em sessão pública é regra imperativa, não negociável, enquanto o modo de conduzir a rotina interna é regra constitutiva, que deixa espaço para adaptação e inovação.

e) A regra imperativa define o “como” das operações e a constitutiva determina o que “deve ser” feito, de modo que a exigência de sessão pública seria regra constitutiva.

66. Considerando as disposições da teoria sobre sigilo profissional, assinale a alternativa que NÃO corresponde ao que a teoria afirma.

a) O sigilo profissional tem previsão constitucional no art. 5º, incisos XIII e XIV, da CF/88, que assegura o acesso à informação e resguarda o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional.

b) A violação do sigilo profissional só ocorre quando o profissional divulga informação confidencial mediante contraprestação, sendo irrelevantes a falta de consentimento e a falta de justificativa legal ou ética válida.

c) O sigilo protege a privacidade e os direitos individuais, evitando a divulgação não autorizada de informações pessoais sensíveis que possam prejudicar a reputação ou a segurança das pessoas.

d) A violação pode acarretar consequências profissionais, como sanções disciplinares impostas por órgãos reguladores ou associações profissionais.

e) Na administração pública, ética e sigilo se ligam pela noção de responsabilidade: o servidor deve proteger as informações confidenciais de divulgação não autorizada.

67. Considerando as disposições da teoria sobre ética e cidadania, analise as afirmativas a seguir. I. Na cidadania passiva, o Estado concede os direitos e o cidadão apenas os recebe, em uma relação vertical. II. A Constituição de 1988 optou pela cidadania ativa ao dispor, no parágrafo único do art. 1º, que todo o poder emana do povo. III. O Brasil é uma democracia direta, na qual plebiscito, referendo e iniciativa popular são a regra, e a representação é a exceção. IV. A ação popular permite que qualquer cidadão proponha ação para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. Está correto o que se afirma em

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) I, II e IV, apenas.

d) III e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

68. Danilo, servidor de um órgão público, discorda de uma decisão interna da gestão e publica em rede social um documento confidencial do órgão, convicto de que age em nome da transparência. Nesse cenário, considerando os fundamentos da ética digital do servidor público, assinale a alternativa correta.

a) O dever de sigilo funcional não admite exceções fundadas em juízo pessoal, e o vazamento pode configurar infração administrativa grave, crime do art. 325 do Código Penal e responsabilidade civil.

b) A finalidade de promover transparência afasta o dever de sigilo funcional, desde que o servidor tenha convicção sincera de que a divulgação atende ao interesse público.

c) A conduta repercute apenas na esfera administrativa, ficando afastadas as responsabilidades criminal e civil, que exigiriam divulgação com finalidade de lucro.

d) Para manifestar a discordância, o servidor não dispõe de canais internos adequados, restando-lhe a divulgação pública como único meio, já que o recurso administrativo e a comissão de ética não são instâncias apropriadas.

e) O vazamento constitui infração de natureza leve, que não pode ensejar demissão, porque a divulgação decorreu de discordância legítima com a gestão.

69. Beatriz, gerente de uma unidade fiscal, passa a atribuir a um subordinado, de forma reiterada, tarefas sem relevância, a expor seus erros em reuniões e a ignorar suas manifestações, sem nunca proferir um xingamento. Nesse cenário, considerando as disposições da teoria sobre fatores e fenômenos que caracterizam ações antiéticas, assinale a alternativa correta.

a) Não há assédio moral, porque a configuração exige xingamento explícito dirigido à vítima.

b) O assédio moral só se configura quando a conduta é dirigida a servidor de cargo equivalente ou superior ao do agente.

c) A conduta constitui exclusivamente ato de improbidade que causa lesão ao erário, previsto no art. 10 da Lei 8.429/92, e não infração administrativa.

d) Trata-se de infração administrativa de natureza leve, pois o assédio moral só alcança gravidade quando acompanhado de abuso de autoridade.

e) Há assédio moral: comportamento repetitivo e sistemático que humilha ou desgasta psicologicamente o subordinado, infração administrativa grave que dispensa xingamento explícito.

70. Considerando as disposições da teoria sobre ética no exercício da autoridade e uso do poder estatal, assinale a alternativa correta.

a) Poder estatal e autoridade são conceitos equivalentes, pois toda capacidade de impor decisões é, por si só, reconhecida pela sociedade como legítima.

b) A autoridade dispensa a ética, pois decorre da capacidade de coerção do Estado, que sustenta a vida em sociedade mesmo quando o poder é visto como ilegítimo.

c) O poder que não é percebido como legítimo permanece autoridade, ainda que se sustente apenas pela coerção, que é suficiente para manter a ordem coletiva.

d) A autoridade é o poder estatal reconhecido e aceito pela sociedade como legítimo, e sem ética o que existe não é autoridade, mas autoritarismo.

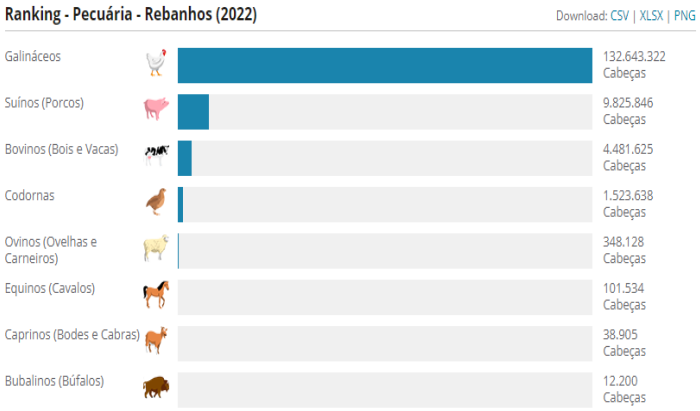
e) Os princípios do art. 37 da Constituição têm caráter meramente decorativo para o exercício da autoridade, já que o controle social e a transparência são secundários à democracia.

CONHECIMENTOS REGIONAIS DE SANTA CATARINA

Sérgio Henrique

71. Santa Catarina é o maior produtor e exportador nacional de carne suína. São 10 mil criadores integrados às agroindústrias e independentes, que produzem anualmente cerca de 850 mil toneladas de carne suína. Com um rebanho efetivo estimado em sete milhões de cabeças, Santa Catarina é responsável por aproximadamente 27% da produção nacional de carne suína e por 35% das exportações brasileiras. (Secretaria de Estado da Agricultura de Santa Catarina, adaptado.z

O texto acima, publicado pela Secretaria de Estado da Agricultura, descreve o desempenho da suinocultura catarinense. Os dados oficiais do IBGE para o mesmo período, porém, registram efetivo de rebanho superior ao mencionado no texto.



Sobre a estrutura produtiva do setor primário catarinense e sua relação com a estrutura fundiária do estado, analise as afirmativas:

I. A competitividade internacional da suinocultura e da avicultura catarinenses está associada à certificação sanitária, condição que permitiu ao estado acessar mercados exigentes como Hong Kong e Coreia do Sul.

II. A predominância de pequenas propriedades familiares no estado é um obstáculo à expansão da agroindústria de carnes, razão pela qual o modelo de integração vem sendo substituído por latifúndios monocultores voltados à exportação.

III. Santa Catarina é o estado que proporcionalmente mais utiliza os recursos do PRONAF no país, o que se explica pelo fato de 87% dos estabelecimentos agropecuários ativos economicamente serem classificados como de agricultura familiar.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) I e II.

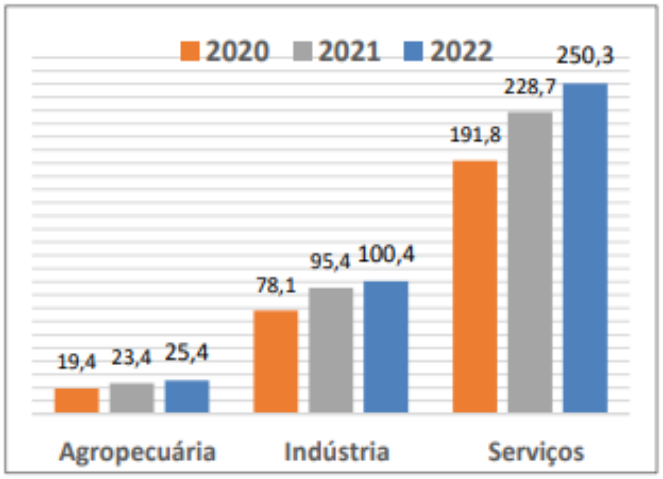
b) I e III.

c) II e III.

d) I, II e III.

e) III, apenas.

72. O setor da Indústria (8,4%) foi o que teve a maior variação em volume no PIB entre 2020 e 2021, com crescimento maior que o dos Serviços (6,0%), porém a maior participação na composição do valor adicionado bruto catarinense em 2021 permanece sendo o do setor de Serviços (65,8%). As atividades dos serviços totalizaram R$ 228,7 bilhões em 2021. (IBGE/Secretaria de Estado do Planejamento de SC, Boletim Econômico, 2023, adaptado).



O setor industrial cresceu mais em volume, mas o setor de serviços manteve a maior fatia do valor adicionado. Sobre a estrutura setorial da economia catarinense, analise as afirmativas:

I. A economia catarinense é fortemente terciarizada, concentrando no setor de serviços a maior parte dos trabalhadores, inclusive na informalidade, embora os empregos formais se concentrem na indústria.

II. A participação da indústria de transformação no PIB catarinense é a maior entre todas as unidades da federação, o que contradiz a leitura de que o estado é predominantemente terciário.

III. O processo de terciarização catarinense teve seu pico nas décadas de 1970 e 1980, impulsionado pela modernização do campo, mas o setor terciário atual se distingue do período anterior pela maior qualificação da oferta.

Está correto o que se afirma em:

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, II e III.

e) III, apenas.

73. A construção de grandes usinas hidrelétricas no Oeste catarinense transformou a paisagem e a vida de milhares de famílias, pois entre os impactos está o deslocamento forçado da população, como para a construção da UHE Itá, no rio Uruguai, na divisa com o Rio Grande do Sul, entre Itá (SC) e Aratiba (RS).

A UHE Foz do Chapecó, também no rio Uruguai, entre Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS), entrou em operação em 2010. Já a UHE Machadinho, no rio Pelotas, entre Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS), opera desde 2001. Juntas, essas três usinas afetaram cerca de 7.350 famílias de camponeses, ribeirinhos e indígenas, e o Oeste catarinense concentra 49% da potência hidrelétrica do estado.

Sobre os efeitos ambientais e sociais da matriz hidrelétrica em Santa Catarina, analise as afirmativas:

I. O barramento altera a dinâmica de vazões, podendo modificar o comportamento das cheias a jusante e aumentar a emissão de gases do efeito estufa.

II. A UHE Itá está localizada no rio Uruguai, na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e sua instalação provocou a submersão da cidade velha de Itá, exigindo a construção de uma nova cidade.

III. A UHE Machadinho é a única das três grandes usinas do Oeste catarinense que não está no rio Uruguai, operando no rio Pelotas, afluente do Uruguai.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I, II e III.

e) II, apenas.

74. O desmatamento em Santa Catarina está concentrado na Mata Atlântica, e os principais vetores são a agropecuária e a expansão urbana. A Mata Atlântica abriga as formações vegetais catarinenses, entre elas a Mata de Araucária, predominante no planalto.

Sobre a fitogeografia e a conservação em Santa Catarina, analise as afirmativas:

I. A Mata de Araucária, Floresta Ombrófila Mista, integra o bioma Mata Atlântica e é caracterizada como homogênea, aciculifoliada e decídua, tendo perdido território para a expansão da fronteira agrícola e para o interesse econômico na própria araucária.

II. A Floresta Estacional Decidual, também chamada de Mata Subtropical, ocupa cerca de 16% do território catarinense, situa-se entre 150 e 800 m de altitude e se estende ao longo dos afluentes do rio Uruguai.

III. Os manguezais catarinenses, formações heliófilas de raízes aéreas, concentram-se na foz do Rio Palmital e apresentam hoje a maior extensão preservada entre as formações vegetais do estado, em razão das restrições legais incidentes sobre a zona costeira.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I, II e III.

e) I, apenas.

75. De acordo com o IBGE, Santa Catarina foi o principal destino de migrantes interestaduais no país. O estado recebeu 503.580 novos moradores entre 2017 e 2022. Ao descontar os índices de emigrantes, ou seja, pessoas que deixaram o território no mesmo período, o ganho populacional foi de 354 mil pessoas, um acréscimo de 4,6%. (IBGE, Censo 2022)

O saldo migratório positivo tem sido decisivo para o crescimento populacional catarinense, num contexto de queda da fecundidade. Sobre a dinâmica demográfica de Santa Catarina, analise as afirmativas:

I. O crescimento vegetativo catarinense está em ritmo decrescente, em razão da queda da fecundidade, que se encontra abaixo da taxa de reposição populacional de 2,1 filhos por mulher.

II. Até o Censo 2010 predominavam migrações intrarregionais e inter-regionais vindas do Sudeste; dados do Censo 2022 e levantamentos mais recentes indicam que o Pará ocupa a quarta posição entre as origens da população catarinense.

III. O aumento populacional acelerado tem pressionado a infraestrutura sanitária e de transportes, mas Santa Catarina mantém uma das menores proporções de população residente em favelas do país, cerca de 1,4%.

Está correto o que se afirma em:

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, II e III.

e) III, apenas.

76. O estado de Santa Catarina é considerado um dos mais vulneráveis a desastres naturais no Brasil, com um alto índice de população exposta ao risco, especialmente devido a deslizamentos de terra e inundações. As enchentes podem ser evitadas pelo planejamento urbano, por exemplo, respeitando as áreas dos leitos dos mananciais urbanos.

A ocupação desordenada de várzeas e encostas tem ampliado a vulnerabilidade urbana no estado. Sobre a relação entre urbanização e riscos ambientais em Santa Catarina, analise as afirmativas:

I. A impermeabilização do solo urbano reduz a infiltração e amplia o escoamento superficial, de modo que as enchentes no Vale do Itajaí estão mais associadas ao planejamento urbano deficiente do que ao volume de chuvas.

II. A metropolização catarinense foi tão intensa quanto a das demais regiões brasileiras, pois a mecanização agrícola expulsou massas rurais e concentrou a população em grandes aglomerados urbanos.

III. A proliferação de ocupações em Áreas de Proteção Ambiental urbanas e em encostas de morros agrava problemas sanitários e de escoamento, associando-se ao desmatamento e ao assoreamento de cursos d'água.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) I e III.

b) I e II.

c) II e III.

d) I, II e III.

e) I, apenas.

77. Desde o estudo regiões de influência das cidades, REGIC, em 2018, é que Florianópolis foi considerada uma metrópole de grau C. A capital é ofuscada pelas numerosas capitais regionais no interior. Em apenas dois estados brasileiros a capital não é a maior cidade: Santa Catarina, cuja maior cidade é Joinville, e o Espírito Santo, cuja maior cidade é Serra. Nos dois casos a capital é de origem insular. Sobre a regionalização e a hierarquia urbana de Santa Catarina, analise as afirmativas:

I. Um dos fatores que levam a Florianópolis ser superada em tamanho por Joinville é seu caráter insular.

II. A existência de múltiplos centros intermediários se traduz em reduzidos índices de deslocamento para compra de vestuário e calçados e 45 km para acesso ao ensino superior.

III. a RMF apresentou crescimento de mais de 40% em relação a 2010, com destaque para Palhoça, que registrou a maior taxa de crescimento. São José, Palhoça e Biguaçu são os municípios que puxaram o crescimento da região.

Está correto o que se afirma em:

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) II, apenas

e) I, II e III.

78. O povoamento açoriano no litoral catarinense (1748-1756) tinha tudo para dar certo, mas o abandono dado aos casais fez com que a empreitada desse errado. Os primeiros colonos se dedicaram a produtos impostos pela Coroa, no caso algodão e cânhamo. A análise desse processo permite concluir que:

a) O fracasso da colonização açoriana decorreu da inadaptação dos casais ao clima subtropical, uma vez que os açorianos desconheciam as técnicas agrícolas necessárias ao cultivo em solos catarinenses.

b) A política de povoamento açoriano atendeu simultaneamente a dois interesses da Coroa: o esvaziamento do arquipélago atingido por um terremoto e a ocupação estratégica do Sul.

c) O insucesso da empreitada açoriana foi resultado da resistência dos paulistas de São Francisco do Sul, que ocuparam as melhores terras e expulsaram os casais recém-chegados.

d) A colonização açoriana fracassou porque a Coroa proibiu o casamento entre açorianos e indígenas, impedindo a formação de uma população estável no litoral e inviabilizando a transmissão das propriedades entre gerações.

e) O povoamento açoriano não pode ser considerado fracassado, pois os casais permaneceram nas terras até o fim do século XVIII, dedicando-se com sucesso ao cultivo de algodão e cânhamo, que se tornaram a base econômica do litoral catarinense.

79. Diferente do que ocorreu no RS, que a imigração foi promovida pelo governo, em SC foi principalmente a iniciativa privada. Na colonização do Extremo Oeste, destaca-se a empresa colonizadora Barth, Benetti e Cia. Ltda. Assinale a alternativa correta:

a) A colonização do Oeste catarinense foi conduzida pelo Império, que distribuía glebas gratuitamente aos colonos, sendo as empresas colonizadoras meras intermediárias administrativas sem participação no lucro da atividade.

b) A exploração madeireira constituiu a atividade mais lucrativa do processo de colonização do Oeste, ainda que o objetivo formal que justificava os incentivos públicos fosse o povoamento das terras.

c) A colonização do Oeste catarinense foi realizada por colonos paranaenses que implantaram monoculturas exportadoras de soja e café, atividade que se consolidou já nas primeiras décadas do século XX.

d) A imigração alemã em Santa Catarina foi promovida pelo Estado imperial nos mesmos moldes do Rio Grande do Sul, com subsídio direto à vinda de colonos e distribuição de lotes sem ônus, o que explica o sucesso das colônias do Vale do Itajaí.

e) A empresa Barth, Benetti e Cia. Ltda, sediada em Caxias do Sul desde sua fundação em 1940, atuou exclusivamente no Rio Grande do Sul, sendo a colonização do Oeste catarinense obra de companhias de imigração europeias.

80. A Guerra do Contestado (1912-1916) ocorreu em uma região de litígio entre Santa Catarina e Paraná, em área atravessada pela estrada de ferro São Paulo–Rio Grande. Sobre as causas e o desenrolar do conflito, é correto afirmar que:

a) O conflito foi motivado por disputas religiosas, sem relação direta com a terra, e terminou com a vitória dos sertanejos e a incorporação ao Paraná da região contestada.

b) O conflito combinou a disputa territorial entre os dois estados, a concentração de terras e a expulsão de posseiros pela empresa ferroviária e por madeireiras, tendo como liderança religiosa a figura do monge José Maria.

c) A Guerra do Contestado foi um movimento separatista que pretendia criar uma república independente nos moldes da Revolução Farroupilha, com apoio oficial do governo catarinense.

d) O conflito teve início com a Revolta da Armada e se encerrou com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, que definiu os limites entre Santa Catarina e Paraná.

e) A Guerra do Contestado foi um conflito na zona rural de Florianópolis, motivado pela disputa entre comerciantes locais e caboclos contra a empresa responsável pela estrada de ferro.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CICLO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Alexandre Baeta

81. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei Complementar nº 101/2000, a lei de diretrizes orçamentárias do Estado de Santa Catarina

a) compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

b) conterá Anexo de Riscos Fiscais, no qual serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.

c) estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, e disporá sobre a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

d) será acompanhada de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

e) conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na própria lei orçamentária anual

82. Considere as seguintes afirmações acerca da lei orçamentária anual, à luz da Constituição Federal de 1988:

I. O orçamento fiscal compreende os Poderes do ente, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

II. O orçamento de investimento abrange as empresas em que o ente, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

III. Os orçamentos fiscal e da seguridade social, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

IV. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e IV, apenas.

b) I, II, III e IV.

c) II e III, apenas.

d) I e IV, apenas.

e) I, III e IV, apenas

83. Com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 acerca do processo legislativo orçamentário, aplicáveis, no que couber, aos Estados, é INCORRETO afirmar:

a) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

b) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

c) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos de lei orçamentária enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

d) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

e) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual poderão indicar como recursos aqueles provenientes de anulação de despesa com dotações para pessoal e seus encargos, desde que compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias

84. No mesmo exercício financeiro, o Governo do Estado de Santa Catarina adotou as seguintes medidas: (1) ampliou a oferta de vagas na rede estadual de ensino médio em municípios do interior, onde a iniciativa privada não ofertava o serviço em quantidade suficiente; (2) instituiu programa de transferência de renda a famílias em situação de vulnerabilidade, financiado por tributos de incidência progressiva; e (3) diante de forte retração da atividade econômica, antecipou investimentos em obras públicas com o objetivo de sustentar o nível de emprego.

Segundo a clássica tipologia de Richard Musgrave acerca das funções econômicas do Estado materializadas no orçamento público, as medidas (1), (2) e (3) caracterizam, respectivamente, as funções

a) alocativa, por buscar o pleno emprego por meio do gasto público; distributiva, por ajustar a renda entre as famílias; e estabilizadora, por prover bens semipúblicos.

b) alocativa, por prover bens e serviços que o mercado não oferta em quantidade adequada; distributiva, por promover ajustes na distribuição da renda; e estabilizadora, por buscar manter o nível de emprego e a estabilidade econômica.

c) estabilizadora, por elevar o gasto público corrente; alocativa, por destinar recursos às famílias; e distributiva, por reduzir desigualdades regionais.

d) alocativa, por corrigir falhas de mercado; estabilizadora, por preservar o poder de compra das famílias; e distributiva, por transferir recursos das regiões mais ricas às mais pobres.

e) reguladora, por disciplinar a oferta de serviços educacionais; distributiva, por promover ajustes na distribuição da renda; e estabilizadora, por buscar manter o nível de emprego

85. Acerca do orçamento-programa e da classificação programática e funcional da despesa, de acordo com o Manual Técnico de Orçamento – MTO 2027 e com a Portaria nº 42/1999, é correto afirmar que

a) a atividade é o instrumento de programação que envolve um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.

b) as operações especiais são despesas das quais resulta um produto que contribui para a manutenção das ações de governo, a exemplo da remuneração do pessoal ativo.

c) as subfunções somente podem ser combinadas com as funções às quais estejam diretamente relacionadas, vedada a matricialidade na classificação funcional.

d) o Plano Orçamentário (PO) constitui identificação orçamentária de caráter gerencial, vinculada à ação, que não consta da lei orçamentária anual.

e) o orçamento-programa tem como foco central o objeto de gasto, privilegiando o controle dos insumos adquiridos em detrimento dos objetivos e metas a serem alcançados

86. Considere que o projeto de lei orçamentária anual da União referente ao exercício de 2028 será encaminhado ao Congresso Nacional em agosto de 2027. Nos termos da Constituição Federal de 1988, as emendas parlamentares a esse projeto

a) individuais serão aprovadas no limite de 2% da receita corrente líquida do exercício de 2026, sendo que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

b) individuais serão aprovadas no limite de 2% da receita corrente líquida realizada no exercício de 2027, cabendo 1,55% às emendas de Deputados e 0,45% às de Senadores.

c) de bancada de parlamentares de Estado terão execução obrigatória no montante de até 2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, inclusive nos casos de impedimento de ordem técnica.

d) individuais de execução obrigatória não poderão ser reduzidas, ainda que a reestimativa da receita e da despesa indique o possível não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias.

e) individuais, quando inscritas em restos a pagar, não poderão ser consideradas para fins de cumprimento da execução financeira obrigatória das respectivas programações

87. Na tramitação do projeto de lei orçamentária anual da União, deputado federal eleito por Santa Catarina apresentou emenda individual impositiva destinando recursos ao Município de Lages/SC, na modalidade transferência especial. Aprovada e sancionada a lei, a unidade de controle interno do Município foi instada a orientar o gestor quanto ao regime jurídico desses recursos.

Nos termos da Constituição Federal de 1988, caberá esclarecer que os recursos

a) dependem, para seu repasse, da celebração de convênio ou instrumento congênere com o órgão federal setorial competente, ao qual caberá a aprovação do plano de aplicação.

b) integrarão a receita do Município para fins de cálculo dos limites da despesa com pessoal, mas não para fins de repartição de receitas.

c) poderão ser aplicados no pagamento de encargos referentes ao serviço da dívida municipal, desde que ao menos 70% sejam destinados a despesas de capital.

d) ficarão vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar e deverão ser aplicados nas áreas de competência constitucional da União.

e) pertencerão ao Município no ato da efetiva transferência financeira e serão aplicados em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo municipal, devendo ao menos 70% ser destinados a despesas de capital

88. No que se refere à revisão de gastos (spending review) e à avaliação de políticas públicas no ordenamento brasileiro, é correto afirmar:

a) A revisão de gastos equivale ao corte linear e proporcional das dotações discricionárias de todos os órgãos, com o objetivo exclusivo de reduzir o volume total da despesa pública.

b) A revisão de gastos e o orçamento base zero são técnicas equivalentes, pois ambas exigem que todas as dotações sejam justificadas a partir do zero a cada exercício, desconsiderando-se o histórico das despesas.

c) A Constituição Federal determina que os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, realizem avaliação das políticas públicas, e que as leis do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual observem, no que couber, os resultados do monitoramento e da avaliação dessas políticas.

d) A revisão de gastos tem por objeto exclusivo as despesas primárias discricionárias, não alcançando os gastos tributários nem os subsídios, que dependem de alteração legislativa.

e) No âmbito federal, o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) é órgão de natureza deliberativa, vinculado ao Tribunal de Contas da União, ao qual compete aprovar a revisão das dotações da lei orçamentária anual

89. Ao final do segundo bimestre do exercício, a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina verificou, no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

Diante desse cenário, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000,

a) caberá exclusivamente ao Poder Executivo promover a limitação de empenho de todos os Poderes e do Ministério Público, segundo critérios fixados no decreto de programação financeira.

b) a limitação de empenho poderá alcançar as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, desde que preservadas as despesas com pessoal e encargos sociais.

c) restabelecida a receita prevista, ainda que parcialmente, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á prioritariamente nas programações do Poder Executivo.

d) os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

e) a limitação de empenho deverá observar os critérios fixados na lei orçamentária anual, admitida a redução linear de todas as dotações, inclusive daquelas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente

90. Considere as seguintes informações sobre a execução da despesa orçamentária de uma secretaria do Estado de Santa Catarina no exercício de 20X1 (valores em R$):

Elemento de despesa	Empenhada	Liquidada	Paga
Material de consumo	900.000,00	820.000,00	760.000,00
Outros serviços de terceiros – PJ	1.350.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00
Obras e instalações	2.400.000,00	1.700.000,00	1.500.000,00
Equipamentos e material permanente	600.000,00	600.000,00	450.000,00

Informações adicionais, posicionadas em 31/12/20X1:

I. A parcela não liquidada da despesa com material de consumo refere-se a materiais entregues em 28/12/20X1, em fase de conferência pela comissão de recebimento.

II. Da parcela não liquidada da despesa com obras e instalações, R$ 120.000,00 referem-se a etapa executada e medida em dezembro, pendente de atesto; R$ 480.000,00 referem-se a etapas ainda não executadas, cujo prazo contratual permanece vigente; e R$ 100.000,00 referem-se a etapa cujo prazo contratual se encerrou em outubro de 20X1 sem execução, não havendo mais obrigação a ser cumprida pelo contratado.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os montantes a serem inscritos, em 31/12/20X1, em restos a pagar processados e em restos a pagar não processados são, respectivamente, em R$,

a) 410.000,00 e 780.000,00.

b) 410.000,00 e 680.000,00.

c) 610.000,00 e 480.000,00.

d) 680.000,00 e 410.000,00.

e) 1.090.000,00 e zero

91. No âmbito da programação orçamentária e financeira, a movimentação de créditos orçamentários e de recursos financeiros entre unidades da administração pública observa terminologia própria. Nesse contexto,

a) a descentralização de créditos entre unidades gestoras de um mesmo órgão denomina-se provisão, e a efetuada entre unidades gestoras de órgãos ou entidades de estrutura administrativa diferente denomina-se destaque, mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica.

b) a provisão corresponde à liberação de recursos financeiros do órgão central de programação financeira para os órgãos setoriais, enquanto o destaque corresponde à liberação de recursos financeiros entre unidades gestoras de um mesmo órgão.

c) o repasse é a descentralização de créditos orçamentários entre unidades de um mesmo órgão, e o sub-repasse, a descentralização de créditos orçamentários entre órgãos distintos.

d) a descentralização de créditos altera a classificação institucional da despesa, transferindo a titularidade da dotação à unidade recebedora, razão pela qual depende de prévia autorização legislativa específica.

e) a cota financeira corresponde à liberação de recursos do órgão setorial de programação financeira para as unidades gestoras de sua estrutura, vinculada à provisão de créditos

92. Nos termos da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 4.320/1964, acerca dos créditos adicionais, é correto afirmar:

a) Os créditos suplementares autorizados por lei promulgada em outubro poderão ser reabertos no exercício financeiro seguinte, nos limites de seus saldos.

b) Os créditos especiais são destinados a despesas urgentes e imprevistas, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, e podem ser abertos por decreto do Poder Executivo, independentemente de autorização legislativa.

c) A abertura de créditos extraordinários depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, os quais deverão ser indicados no ato de abertura, sob pena de nulidade.

d) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados mediante créditos extraordinários, dispensada a autorização legislativa.

e) Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo, e sua abertura depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa

93. Para avaliar a viabilidade de abertura de créditos suplementares no exercício de 20X1, a Diretoria de Contabilidade de um Estado levantou as seguintes informações (em R$):

– Ativo financeiro em 31/12/20X0: 8.400.000,00;

– Passivo financeiro em 31/12/20X0: 5.900.000,00;

– Ativo financeiro em 30/06/20X1: 6.100.000,00;

– Passivo financeiro em 30/06/20X1: 4.950.000,00;

– Saldo de crédito especial autorizado em outubro de 20X0 e reaberto em janeiro de 20X1: 700.000,00;

– Operação de crédito vinculada ao crédito especial reaberto: 200.000,00;

– Créditos extraordinários abertos em 20X0: 300.000,00;

– Excesso de arrecadação apurado até junho de 20X1, correspondente ao saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerada a tendência do exercício: 1.300.000,00;

– Créditos extraordinários abertos em 20X1: 450.000,00.

Com base exclusivamente nessas informações e na Lei nº 4.320/1964, o montante de recursos utilizáveis para a abertura de créditos suplementares, provenientes do superávit financeiro e do excesso de arrecadação, é, em R$,

a) 1.500.000,00.

b) 2.650.000,00.

c) 2.850.000,00.

d) 3.300.000,00.

e) 3.350.000,00

94. Durante o exercício, o Estado de Santa Catarina registrou os seguintes ingressos: (I) remuneração de depósitos bancários de recursos mantidos em instituição financeira; (II) alienação de imóvel desafetado; (III) recebimento de parcela de amortização de empréstimo concedido a município; e (IV) indenização recebida de seguradora por sinistro ocorrido em veículo oficial.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com a Lei nº 4.320/1964, quanto à classificação por natureza da receita, esses ingressos classificam-se, respectivamente, como

a) receita corrente patrimonial; receita de capital de alienação de bens; receita corrente de serviços; e receita corrente patrimonial.

b) receita corrente patrimonial; receita de capital de alienação de bens; receita de capital de amortização de empréstimos; e outras receitas correntes.

c) outras receitas de capital; receita corrente patrimonial; receita de capital de amortização de empréstimos; e transferências de capital.

d) receita corrente patrimonial; receita corrente patrimonial; receita corrente de serviços; e ingresso extraorçamentário.

e) ingresso extraorçamentário; receita de capital de alienação de bens; receita de capital de operações de crédito; e outras receitas correntes

95. De acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, que dispõe sobre normas gerais de consolidação das contas públicas, e com a Lei nº 4.320/1964, a classificação da despesa orçamentária segundo a sua natureza

a) compõe-se de categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação, elemento e subelemento de despesa, todos de discriminação obrigatória na lei orçamentária anual.

b) tem na modalidade de aplicação a informação que identifica os objetos de gasto, tais como vencimentos, diárias, material de consumo e obras e instalações.

c) classifica as despesas com aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização no grupo investimentos, por representarem acréscimo ao patrimônio público.

d) far-se-á, na lei orçamentária, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sendo esta destinada a indicar se os recursos serão aplicados diretamente ou mediante transferência, possibilitando a eliminação da dupla contagem.

e) identifica a reserva de contingência no grupo outras despesas correntes, por destinar-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais

96. A respeito da classificação por fonte ou destinação de recursos aplicável a Estados, Distrito Federal e Municípios, padronizada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 20/2021 e detalhada pela Portaria STN nº 710/2021, é correto afirmar que

a) a codificação das fontes é composta por 4 dígitos, sendo os dois primeiros reservados à identificação da categoria econômica da receita que financia a despesa.

b) os códigos de 000 a 499 são reservados a Estados, Distrito Federal e Municípios, cabendo à União a faixa de 500 a 999.

c) a classificação por fonte ou destinação aplica-se exclusivamente às receitas vinculadas, sendo dispensada para as despesas custeadas com recursos de livre aplicação.

d) a fonte 540 identifica os recursos não vinculados de impostos, de livre aplicação pelo ente, enquanto a fonte 500 identifica as transferências do FUNDEB.

e) denomina-se fonte ou destinação de recursos o agrupamento de receitas que possuem as mesmas normas de aplicação na despesa, e o código de acompanhamento da execução orçamentária permite identificar, por exemplo, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino e com ações e serviços públicos de saúde

97. Em relação aos estágios da despesa orçamentária, conforme a Lei nº 4.320/1964,

a) o empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, sendo vedada a realização de despesa sem prévio empenho, embora, em casos especiais previstos na legislação específica, possa ser dispensada a emissão da nota de empenho.

b) o empenho por estimativa destina-se às despesas contratuais e outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento, como os aluguéis.

c) a liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base a nota de empenho e a ordem de pagamento, dispensado o comprovante de entrega quando o contrato contiver cláusula de recebimento definitivo.

d) a ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente determinando que a despesa seja paga, podendo ser emitida antes da liquidação, em documentos processados pelos serviços de contabilidade, quando houver disponibilidade de caixa.

e) o regime de adiantamento consiste na entrega de numerário a servidor, para a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, sendo dispensado, nesse caso, o prévio empenho na dotação própria

98. Segundo a Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no que se refere aos estágios da receita orçamentária,

a) todas as receitas orçamentárias percorrem, obrigatoriamente, os estágios de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento, nessa ordem.

b) o lançamento é o estágio em que os contribuintes comparecem perante os agentes arrecadadores a fim de liquidarem suas obrigações para com o Estado.

c) são objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato, razão pela qual uma doação em espécie recebida pelo ente não passa por esse estágio.

d) o recolhimento consiste na entrega dos valores arrecadados ao Tesouro, admitida a fragmentação em caixas especiais para as receitas vinculadas a fundos.

e) pertencem ao exercício financeiro as receitas nele lançadas, ainda que arrecadadas no exercício seguinte, em observância ao regime de competência

99. Suponha que o Estado de Santa Catarina pretenda, em 2027, conceder crédito presumido de ICMS, em caráter não geral, às indústrias do setor têxtil que ampliarem suas plantas industriais no território estadual, observadas as exigências da legislação tributária aplicável.

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, a medida

a) dispensa a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, uma vez que o crédito presumido não se inclui no conceito legal de renúncia de receita, restrito às isenções e às anistias.

b) deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e, alternativamente, demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas fiscais, ou estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita.

c) poderá ser compensada pela redução de despesas discricionárias de custeio, em montante equivalente à renúncia, nos dois exercícios subsequentes ao de sua concessão.

d) somente produzirá efeitos após a abertura de crédito adicional especial que contemple o montante do benefício, por se tratar de gasto tributário equiparado a despesa orçamentária.

e) estará dispensada das exigências legais caso o benefício seja concedido por prazo inferior a dois exercícios financeiros, por não configurar despesa obrigatória de caráter continuado

100. A Emenda Constitucional nº 132/2023 promoveu a Reforma Tributária sobre o consumo. De acordo com o texto constitucional por ela introduzido, o imposto sobre bens e serviços (IBS)

a) é de competência privativa dos Estados e do Distrito Federal, que poderão conceder incentivos e benefícios fiscais mediante convênio celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária.

b) substituirá o ICMS e o ISS a partir de 2027, quando esses impostos serão extintos, após o período de testes iniciado em 2026.

c) será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação, de modo a preservar a arrecadação dos entes produtores.

d) é de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, será informado pelo princípio da neutralidade e não será objeto de concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto, excetuadas as hipóteses previstas na Constituição.

e) terá alíquota única nacional, fixada por resolução do Senado Federal, vedado aos entes federativos fixar alíquotas próprias

GESTÃO DE RISCOS, GOVERNANÇA E AVALIAÇÃO POR RESULTADOS

Rodrigo Rennó

101. A gestão de riscos trabalha com conceitos que, embora correlatos, não devem ser confundidos entre si.

A respeito dos conceitos fundamentais de gestão de riscos, assinale a alternativa correta.

a) Risco inerente é aquele que permanece após a adoção das medidas de controle pela organização.

b) Apetite a risco é o nível de risco que a organização busca eliminar de suas atividades.

c) Risco residual é o risco que permanece após a implementação das respostas e dos controles.

d) Evento de risco é sinônimo de consequência já materializada.

e) O risco produz efeitos negativos, não havendo riscos associados a oportunidades.

102. O processo de gestão de riscos é estruturado em etapas encadeadas e orientado pelo apetite a risco da organização.

Sobre as etapas do processo de gestão de riscos, assinale a alternativa correta.

a) A identificação dos riscos deve ocorrer após o tratamento dos riscos.

b) A análise de riscos dispensa a avaliação da probabilidade e do impacto dos eventos.

c) O monitoramento é a etapa inicial, anterior ao estabelecimento do contexto.

d) O estabelecimento do contexto precede a identificação, a análise e a avaliação dos riscos.

e) A comunicação e a consulta restringem-se à etapa final do processo.

103. O tratamento dos riscos consiste em selecionar e implementar respostas destinadas a modificá-los.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma resposta a risco.

a) Aceitar o risco significa adotar controles adicionais para reduzir a sua probabilidade.

b) Transferir ou compartilhar o risco envolve repassar a terceiros parte de suas consequências, como na contratação de seguros.

c) Mitigar o risco consiste em interromper a atividade que lhe dá origem.

d) Evitar o risco significa mantê-lo sem qualquer tratamento específico.

e) Explorar o risco é resposta aplicável a riscos de efeito negativo.

104. Os riscos organizacionais costumam ser classificados em diferentes categorias, conforme sua natureza.

A respeito das categorias de risco, assinale a alternativa correta.

a) Riscos operacionais referem-se ao não cumprimento de leis, normas e regulamentos.

b) Riscos de conformidade decorrem de falhas em processos, pessoas e sistemas internos.

c) Riscos estratégicos limitam-se a eventos externos, sem relação com as decisões da organização.

d) Riscos de imagem ou reputação não afetam o alcance dos objetivos institucionais.

e) Riscos orçamentários e financeiros relacionam-se a eventos que comprometem recursos e a execução orçamentária.

105. No campo da gestão fiscal, os riscos fiscais recebem tratamento específico no planejamento orçamentário.

Sobre os riscos fiscais, assinale a alternativa correta.

a) O Anexo de Riscos Fiscais, integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, avalia passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

b) Os riscos fiscais são tratados na Lei Orçamentária Anual.

c) Passivos contingentes são obrigações certas e líquidas já registradas no orçamento.

d) A legislação de responsabilidade fiscal veda a previsão de riscos fiscais no planejamento.

e) Os riscos fiscais abrangem a frustração de arrecadação, excluídas as demandas judiciais.

106. Os programas de integridade e de compliance na Administração Pública abrangem a gestão de riscos de fraude e corrupção.

A respeito dos programas de integridade e da gestão de riscos de fraude, assinale a alternativa correta.

a) Compliance resume-se ao cumprimento de metas de desempenho financeiro da organização.

b) A gestão de riscos de fraude dispensa a adoção de controles preventivos.

c) Os programas de integridade buscam prevenir, detectar e corrigir fraudes, desvios de conduta e atos de corrupção.

d) O compromisso da alta administração tem pouca influência sobre a efetividade do programa de integridade.

e) A existência formal do programa é suficiente para comprovar a sua efetividade.

107. Governança, governabilidade e gestão são conceitos correlatos, porém distintos, no estudo da Administração Pública.

A respeito desses conceitos, assinale a alternativa correta.

a) Governabilidade refere-se aos mecanismos de avaliação, direção e monitoramento da organização.

b) Governabilidade diz respeito às condições de legitimidade e de sustentação política para o exercício do poder.

c) Governança e gestão são sinônimos, pois ambas se encarregam da execução das ações do dia a dia.

d) Cabe à gestão avaliar e direcionar, enquanto à governança compete executar as ações.

e) A governança pública independe de mecanismos de controle e de prestação de contas.

108. A governança pública apoia-se em mecanismos de liderança, estratégia e controle.

Sobre os mecanismos de governança pública, assinale a alternativa correta.

a) A liderança relaciona-se à definição do direcionamento estratégico de longo prazo da organização.

b) A estratégia reúne as práticas relativas à integridade e à competência das pessoas que atuam na organização.

c) O controle restringe-se à elaboração do planejamento institucional.

d) Os três mecanismos atuam de forma isolada, sem inter-relação entre si.

e) O controle abrange a gestão de riscos, os controles internos e a accountability.

109. A accountability é elemento central da governança pública.

A respeito da accountability, assinale a alternativa correta.

a) A accountability abrange a prestação de contas, a transparência e a responsabilização pelos resultados.

b) A accountability vertical refere-se ao controle recíproco exercido entre as instituições do Estado.

c) A transparência passiva consiste na divulgação espontânea de informações, independentemente de solicitação.

d) A accountability esgota-se na prestação de contas de natureza contábil.

e) A responsabilização dos gestores é incompatível com a autonomia necessária à gestão.

110. Os controles internos integram o mecanismo de controle da governança pública.

Sobre os controles internos, assinale a alternativa correta.

a) Os controles internos são de responsabilidade exclusiva da auditoria interna.

b) A primeira camada, responsável pela gestão operacional dos riscos, é a auditoria independente.

c) A auditoria interna integra a primeira camada de gestão dos riscos.

d) Os controles internos são meios para assegurar razoável segurança quanto ao alcance dos objetivos, e não um fim em si mesmos.

e) Um sistema de controle interno assegura a eliminação de erros e fraudes na organização.

111. A gestão por resultados orienta a atuação pública para a geração de valor à sociedade, apoiando-se na cadeia de valor.

A respeito da cadeia de valor e da gestão por resultados, assinale a alternativa correta.

a) A cadeia de valor inicia-se pelos impactos e se encerra nos insumos.

b) Produtos (outputs) e resultados ou impactos (outcomes) são expressões equivalentes.

c) Na cadeia de valor, os insumos são transformados por processos em produtos, que geram resultados e impactos.

d) A gestão por resultados concentra-se no controle de procedimentos, e não nos resultados alcançados.

e) Insumos (inputs) correspondem aos efeitos de longo prazo sobre a sociedade.

112. A mensuração do desempenho da ação pública utiliza os conceitos de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.

Sobre esses conceitos, assinale a alternativa correta.

a) Eficácia é a relação entre os recursos empregados e os produtos gerados.

b) Eficiência é o grau de alcance das metas e dos objetivos previstos.

c) Economicidade refere-se aos impactos sociais de longo prazo da ação pública.

d) Efetividade é a minimização dos custos dos insumos sem perda de qualidade.

e) Efetividade relaciona-se aos impactos e às transformações sociais efetivamente produzidos.

113. Além da eficiência, da eficácia e da efetividade, a avaliação do desempenho governamental vale-se de outras dimensões.

Assinale a alternativa correta.

a) A economicidade avalia a minimização dos custos dos recursos utilizados, sem comprometimento da qualidade.

b) A equidade não tem relevância para a avaliação de políticas públicas.

c) A excelência relaciona-se ao volume de recursos financeiros gastos.

d) A execução mede o impacto final da política sobre a sociedade.

e) A eficiência e a economicidade são conceitos coincidentes.

114. Os indicadores de desempenho permitem medir e acompanhar os resultados da atuação pública.

A respeito dos indicadores de desempenho, assinale a alternativa correta.

a) Um indicador de resultado mede a quantidade de insumos disponibilizados para a política.

b) Bons indicadores devem apresentar atributos como validade, confiabilidade e seletividade.

c) A confiabilidade de um indicador independe da fonte e da forma de coleta dos dados.

d) Indicadores de eficiência medem o grau de alcance das metas previstas.

e) A quantidade de indicadores é o principal critério de qualidade do monitoramento.

115. O desenho (formulação) de uma política pública envolve a definição de seus elementos essenciais.

A respeito da formulação de políticas públicas, assinale a alternativa correta.

a) A definição do problema público não integra a etapa de formulação.

b) A formulação ocorre após a implementação da política pública.

c) A teoria da mudança descreve os insumos empregados na política.

d) A formulação envolve a definição do problema, dos objetivos e dos instrumentos de intervenção.

e) A escolha dos instrumentos de intervenção independe dos objetivos definidos.

116. O monitoramento e a avaliação são funções complementares, porém distintas, no ciclo das políticas públicas.

Assinale a alternativa correta.

a) O monitoramento é pontual e emite juízo de valor sobre o mérito da política.

b) A avaliação é contínua e acompanha a execução da política em tempo real.

c) O monitoramento acompanha de forma contínua a execução, ao passo que a avaliação emite juízo sobre o desempenho e os resultados.

d) Monitoramento e avaliação são expressões sinônimas.

e) A avaliação dispensa a definição prévia de critérios e de indicadores.

117. As avaliações de políticas públicas podem ser classificadas conforme o momento em que são realizadas e conforme o seu objeto.

A respeito dos tipos de avaliação, assinale a alternativa correta.

a) A avaliação ex ante é realizada após a conclusão da política pública.

b) A avaliação de impacto mede o volume de recursos financeiros executados.

c) A avaliação somativa ocorre durante a execução, com o objetivo de aprimorar a política.

d) A avaliação de processo mede os efeitos de longo prazo da política sobre a sociedade.

e) A avaliação ex ante antecede a implementação e subsidia o desenho da política.

118. A gestão de processos (Business Process Management – BPM) busca compreender, mapear e aprimorar continuamente os processos organizacionais.

A respeito da gestão de processos, assinale a alternativa correta.

a) A gestão de processos adota uma visão horizontal, orientada ao fluxo de trabalho que atravessa as áreas funcionais.

b) O BPM é um esforço com início e fim determinados, e não um ciclo contínuo de melhoria.

c) O mapeamento de processos destina-se precipuamente à elaboração do orçamento anual.

d) A gestão de processos opõe-se à lógica da melhoria contínua.

e) Processos e funções hierárquicas são conceitos equivalentes.

119. Um projeto distingue-se de um processo quanto à sua natureza e à sua finalidade.

Assinale a alternativa correta.

a) O projeto é um esforço contínuo e repetitivo desenvolvido pela organização.

b) O projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único.

c) O processo caracteriza-se por ser temporário e singular.

d) Os projetos não se sujeitam a restrições de prazo, custo e escopo.

e) A gestão de projetos dispensa a definição prévia do escopo.

120. O monitoramento de processos e de projetos apoia-se em indicadores para acompanhar o desempenho e subsidiar decisões gerenciais.

Assinale a alternativa correta.

a) Os indicadores de projeto restringem-se à medição do prazo de execução.

b) O monitoramento de projetos dispensa a comparação entre o planejado e o realizado.

c) A análise de valor agregado mede o custo total do projeto.

d) O monitoramento acompanha o desempenho em relação ao planejado, subsidiando decisões gerenciais e ações corretivas.

e) O encerramento do projeto dispensa o registro das lições aprendidas.

CUSTOS NO SETOR PÚBLICO

Marcondes Fortaleza

121. De acordo com a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, analise os itens a seguir.

I. Custo direto é o custo identificado e apropriado direta e objetivamente ao objeto de custo.

II. Custo fixo é o custo que não varia na proporção do volume das atividades desenvolvidas, mantendo-se constante em intervalo relevante das atividades desenvolvidas pela entidade.

III. Custo indireto é o custo que não pode ser identificado e apropriado direta e objetivamente ao objeto de custo, devendo sua alocação ocorrer por meio de direcionadores de custos ou, em última instância, de bases de rateio razoáveis e consistentes.

Estão corretos apenas os seguintes itens:

a) I.

b) I e III.

c) II e III.

d) I e II.

e) I, II e III.

122. De acordo com a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, analise os itens a seguir:

I. Gasto é o consumo ou utilização de recursos de forma anormal e imprevisível, não contribuindo para a geração de bens e serviços.

II. Investimento corresponde a bens ou direitos reconhecidos no ativo em função dos benefícios futuros esperados.

III. Perda é o dispêndio de um ativo ou criação de um passivo, estando ou não relacionado à obtenção de um bem ou serviço.

Estão corretos apenas os seguintes itens:

a) II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I e II.

e) I, II e III.

123. De acordo com a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, analise os itens a seguir:

I. Centro de responsabilidade é a unidade, definida no modelo de gerenciamento de custos, que é responsável por conduzir atividades e disponibilizar bens ou serviços, cujos recursos e resultados podem ser distinguíveis de outros centros e seus gestores devem prestar contas à alta administração da entidade.

II. Método de custeio é a unidade para a qual se deseja identificar, mensurar e avaliar os custos.

III. Direcionador de custo é o indicador que permite estabelecer a relação de causa e efeito para alocação dos custos indiretos.

Estão incorretos apenas os seguintes itens:

a) I.

b) II.

c) III.

d) I e III.

e) II e III.

124. De acordo com a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, analise os itens a seguir:

I. Custo controlável representa a utilização de recursos que não pode ter seu controle atribuído a um gestor de determinado nível hierárquico.

II. Custos de suporte são os custos relativos a atividades que dão suporte à realização das atividades finalísticas.

III. Custos finalísticos são os custos correspondentes a atividades finalísticas, diretamente relacionadas ao cumprimento da missão institucional, por caracterizar a atuação da entidade associada ao valor público, em atendimento às necessidades de interesse público.

Estão corretos apenas os seguintes itens:

a) II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I e II.

e) I, II e III.

125. De acordo com a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, analise os itens a seguir:

I. Método de custeio se refere ao método de atribuição de custos e está associado ao processo de identificação do custo ao objeto que está sendo custeado. Os principais métodos de custeio são: direto, variável, por absorção parcial e por absorção integral (pleno).

II. Sistema de custos compreende o modelo de gerenciamento de custos, o sistema de informação de custos e a definição de funções e responsabilidades organizacionais com o intuito de gerar informações de custos como instrumento de governança pública.

III. Sistema de acumulação contínua é o sistema de acumulação que compreende especificações predeterminadas do serviço ou produto demandado, com tempo de duração limitado.

Estão corretos apenas os seguintes itens:

a) II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I e II.

e) I, II e III.

126. De acordo com a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, analise os itens a seguir:

I. Governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

II. Modelo de gerenciamento de custos consiste no conjunto de diretrizes, escopo de aplicação, objetos de custo, sistema de acumulação, método de custeio e bases de mensuração, necessários ao gerenciamento de custos.

III. Sistema de informação de custos é o conjunto de elementos estruturados que registra, processa e evidencia os custos de bens e serviços e demais objetos de custos.

Estão corretos apenas os seguintes itens:

a) II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I e II.

e) I, II e III.

127. Considerando as disposições da NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, marque a alternativa correta.

a) Os principais usuários da informação de custos são os gestores, em sua tomada de decisão sobre a aplicação dos recursos que lhes são confiados. Por isso, em regra, eles não demandam informações customizadas, no formato de relatórios de custos específicos.

b) Os custos dos objetos, intermediários e finais, devem ser adequadamente reconhecidos, mensurados e evidenciados em sistema informacional projetado para gerenciamento de custos.

c) As características qualitativas da informação de custos são relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, uniformidade e verificabilidade.

d) As restrições às características qualitativas da informação de custos são materialidade, continuidade e alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas.

e) A informação de custos para ser útil e compreensível ao usuário deve levar em consideração apenas as características qualitativas fundamentais da informação.

128. Considerando as disposições da NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, não é um objetivo do sistema de custos.

a) Mensurar e evidenciar os custos dos bens e serviços entregues à sociedade, bem como dos demais objetos de custos.

b) Subsidiar ações de planejamento, monitoramento de custos e melhoria da qualidade do gasto.

c) Produzir informações que atendam aos diversos níveis gerenciais da entidade.

d) Tratar das inovações trazidas pelos processos de padronização dos registros contábeis com vistas à consolidação nacional das contas públicas e de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público.

e) Apoiar o monitoramento do planejamento estratégico.

129. Considerando as disposições da NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, marque a alternativa correta.

a) É recomendável o uso de suporte tecnológico que permita rastreabilidade e acesso facilitado aos dados, de forma a possibilitar a aferição da conformidade do processo de geração da informação.

b) O sistema de custos visa evidenciar o quanto de recurso foi utilizado por uma entidade para cumprir determinada finalidade. Nesse contexto, não é importante a identificação da variável física.

c) Os custos devem ser atribuídos considerando os objetivos da informação, mas não os objetos de custo definidos pela entidade.

d) A necessidade de segregar custos e despesas independe do modelo de gerenciamento de custos adotado.

e) A identificação e segregação entre custos e perdas é necessária, pois as perdas não são atribuídas aos objetos de custos. Dessa forma, perdas por redução a valor recuperável, por indenizações e por catástrofes devem ser consideradas como custos.

130. Considerando as disposições da NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, marque a alternativa incorreta.

a) O custo do período deve ser apurado pelo regime de competência, independentemente da execução orçamentária.

b) Cada entidade deve identificar, acumular e relatar os custos de seus objetos em uma base regular, por meio de sistema de custos.

c) As informações de custo devem ser confiáveis e úteis para os processos de planejamento, tomada de decisão, monitoramento, avaliação de desempenho, transparência, prestação de contas e responsabilização. Nesse sentido, não há exatidão e refinamentos desnecessários. Quanto mais, melhor.

d) Os custos podem ser determinados usando diferentes métodos de custeio e bases de mensuração, de acordo com o uso pretendido da informação. Toda informação de custo, independentemente do modo como é apresentada, deve ser rastreável até a fonte de dados da qual se originou.

e) Os resultados e a forma como foram obtidos, incluindo as principais atividades, processos e procedimentos adotados na identificação, acumulação e evidenciação dos custos devem ser mapeados e documentados.

131. Considerando as disposições da NBC TSP 34 – Custos no Setor Público sobre Centro de Responsabilidade, marque a alternativa incorreta.

a) O centro de responsabilidade é a unidade na qual se apuram os custos, podendo ser usado para a acumulação dos custos e sua vinculação às entregas.

b) Para definir e estabelecer seus centros de responsabilidade, a entidade deve considerar como fator predominante sua estrutura organizacional e correspondentes unidades responsáveis, tais como secretarias, administrações, escritórios e divisões.

c) A apuração dos custos por centros de responsabilidade deve atender à mensuração e à avaliação de desempenho, para fins de gestão interna.

d) A entidade não pode ter somente um centro de responsabilidade.

e) A alta administração da entidade é responsável por definir e estruturar seus centros de responsabilidade.

132. O estabelecimento dos centros de responsabilidade deve ser baseado nos seguintes requisitos, exceto:

a) A estrutura organizacional da entidade.

b) A cadeia de comando e a missão institucional.

c) As entregas produzidas.

d) O objetivo da informação de custo.

e) Os orçamentos aprovados.

133. Considerando as disposições da NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, marque a alternativa incorreta.

a) Os custos dos recursos direta ou indiretamente utilizados ou consumidos são identificados, atribuídos e acumulados, conforme definido no modelo de gerenciamento de custos que deve ser aplicado de forma consistente.

b) Uma vez adotado, o método de custeio deve ser consistentemente utilizado para fins de comparabilidade intertemporal. Essa determinação não afasta os necessários refinamentos e melhorias do modelo de gerenciamento de custos, desde que não ocorra alteração do método, em nome da comparabilidade.

c) A administração da entidade ou de suas unidades está na melhor posição para selecionar o método de custeio que melhor se ajusta às suas necessidades. Para fazer essa seleção, a administração deve avaliar as alternativas de método de custeio e selecionar aquela que provê os melhores resultados no contexto de seu ambiente operacional.

d) Boas experiências observadas em outras entidades podem auxiliar na escolha do método de custeio a ser aplicado no modelo de gerenciamento de custos.

e) Uma técnica que pode ser utilizada para fazer o rastreamento de custos indiretos até os objetos de custo final é o custeio baseado em atividades (ABC).

134. De acordo com a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, analise os itens a seguir:

I. Em estágios iniciais, com menor grau de maturidade de modelos de gerenciamento de custos, recomenda-se utilizar o método de custeio direto, por serem atribuídos apenas os custos diretos.

II. Quando for irrelevante atribuir os custos indiretos, a entidade pode avançar na maturidade de seu modelo de gerenciamento de custos e continuar utilizando o método de custeio direto; mas quando for relevante, recomenda-se adotar o custeio por absorção parcial ou integral (custeio pleno).

III. O ABC pode ser utilizado para operacionalizar métodos de custeio como o custeio por absorção parcial e o custeio por absorção integral (custeio pleno).

Estão corretos apenas os seguintes itens:

a) I.

b) I e III.

c) II e III.

d) I e II.

e) I, II e III.

135. **“**Esta Norma encoraja, mas não obriga, que as entidades com maior grau de maturidade de modelos de gerenciamento de custos, avaliem o custo-benefício da utilização do _____ para operacionalizar o rastreamento dos custos indiretos até as entregas.”

Marque a alternativa que preenche corretamente a lacuna apresentada.

a) Custeio Direto.

b) Custeio Variável.

c) ABC.

d) Custeio por Absorção Parcial.

e) Custeio Pleno.

136. Considerando as disposições da NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, marque a alternativa incorreta.

a) A comparabilidade requer o uso consistente do mesmo modelo de gerenciamento de custo ao longo do tempo na entidade, ou no mesmo período em entidades diferentes.

b) A aplicação consistente das normas e políticas contábeis pelas entidades contribui para a qualidade da informação comparável ao tratar os fenômenos contábeis de forma padronizada e permitir a identificação dos fatores relacionados ao desempenho da entidade.

c) O modelo de gerenciamento de custos, desenvolvido pela entidade ou suas unidades para seus centros de responsabilidade, tem por intuito a identificação, atribuição, acumulação, evidenciação e análise dos custos para subsidiar o alcance dos objetivos do sistema de custos.

d) A definição dos objetos de custos deve considerar, principalmente, as necessidades e os propósitos dos gestores da entidade.

e) No processo de desenvolvimento de modelos de gerenciamento de custos, é recomendável a observância de diretrizes que representam etapas a serem percorridas pela entidade.

137. Todo objeto de custo que não corresponda a bens e serviços entregues à sociedade é considerado intermediário. Não é exemplo de objeto de custo intermediário:

a) Bens e serviços consumidos internamente, oferecidos e prestados entre centros de responsabilidade ou entidades.

b) As unidades organizacionais, conforme estabelecidas no organograma, auxiliam a evidenciação segregada dos custos da estrutura administrativa.

c) Os bens e serviços que representam entregas que satisfaçam necessidades da sociedade.

d) Os programas elencados nos planos de governo, evidenciam o custo da atuação governamental.

e) Projetos que representem o esforço para alcance da missão institucional.

138. Considerando as disposições da NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, marque a alternativa correta.

a) A escolha dos objetos de custos afeta como os custos são atribuídos, devendo ser feita de forma coerente com o modelo de gerenciamento de custos.

b) A escolha do modelo de gerenciamento de custos afeta como os custos são atribuídos, devendo ser feita de forma coerente com os objetos de custos.

c) As classificações de custo, além de dependerem dos objetos de custo escolhidos, também são afetadas pelo custo da coleta de dados, mas não pela viabilidade da atribuição de custos.

d) As classificações de custo não dependem dos objetos de custo escolhidos.

e) As classificações de custo dependem dos objetos de custo escolhidos, mas não são afetadas pelo custo da coleta de dados e pela viabilidade da atribuição de custos.

139. A atribuição dos custos aos objetos de custos se dá mediante aplicação dos sistemas de acumulação e dos métodos de custeio. O processo de atribuição dos custos deve ser realizado na seguinte ordem hierárquica de prioridade, sempre que possível e economicamente viável:

a) 1º alocação de custos indiretos, mediante direcionadores de custos (rastreamento); 2º apropriação dos custos diretos; e 3º alocação dos custos indiretos remanescentes em bases de rateio razoáveis e consistentes.

b) 1º apropriação dos custos diretos; 2º alocação de custos indiretos, mediante direcionadores de custos (rastreamento); e 3º alocação dos custos indiretos remanescentes em bases de rateio razoáveis e consistentes.

c) 1º apropriação dos custos diretos; 2º alocação dos custos indiretos remanescentes em bases de rateio razoáveis e consistentes; e 3º alocação de custos indiretos, mediante direcionadores de custos (rastreamento).

d) 1º alocação de custos indiretos, mediante direcionadores de custos (rastreamento); 2º alocação dos custos indiretos remanescentes em bases de rateio razoáveis e consistentes; e 3º apropriação dos custos diretos.

e) Não há ordem hierárquica de prioridade a seguir.

140. Considerando as disposições da NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, marque a alternativa incorreta.

a) A geração das informações de custo é atribuição dos gestores das transações registradas nos sistemas integrados ao sistema de informação de custos, mas a integridade e fidedignidade das informações extraídas das bases de dados de origem são de responsabilidade do profissional da contabilidade.

b) A geração das informações de custo deve ser compatível com o regime de competência, e observar as disposições acerca da integração com outras bases de dados.

c) Diferentes métodos de custeio e bases de mensuração de custos produzem informações distintas, que devem ser rastreáveis, permitindo identificar sua geração desde a base de dados da qual se originou.

d) O processo de geração das informações de custo deve considerar a definição dos objetos de custo, a classificação, a apropriação e alocação dos custos.

e) As informações de custos devem contribuir para a governança pública, direcionando-a para a melhoria da qualidade do gasto público.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Stefan Fantini

141. No âmbito do processo administrativo, a função responsável por orientar e motivar as pessoas, utilizando a influência para conduzir a execução das atividades previamente planejadas e organizadas, é denominada

a) planejamento

b) distribuição

c) organização

d) controle

e) direção

142. De acordo com a Teoria dos Sistemas, as organizações são compreendidas como

a) sistemas abertos, em que os processos organizacionais internos são suficientes ao sucesso organizacional.

b) sistemas fechados, que estão em constante interação com o ambiente interno.

c) sistemas abertos, que estão em constante interação com o ambiente externo.

d) sistemas fechados, em que os processos organizacionais internos são suficientes ao sucesso organizacional.

e) sistemas fechados, que estão em constante interação com o ambiente externo.

143. A linha de autoridade que parte do mais alto executivo até os níveis mais baixos da organização, sem descontinuidade, é chamada de

a) unidade de comando.

b) ordem.

c) divisão do trabalho.

d) equidade.

e) cadeia escalar.

144. O mecanismo de coordenação em que os próprios trabalhadores ajustam as tarefas uns com os outros, por meio de um processo de comunicação informal, sem envolver relação de subordinação, é chamado de

a) supervisão autocrática

b) ajuste espontâneo

c) supervisão direta

d) ajuste seletivo

e) ajustamento solidário

145. A existência dos denominados centros de resultados, que possuem autonomia na apuração de lucros ou prejuízos é característica da estrutura

a) funcional

b) linear

c) burocrática

d) divisional

e) autocrática

146. Suponha que a SEFAZ-SC tenha estabelecido como meta ampliar anualmente a quantidade de processos administrativos autuados. Nesse sentido, em 2024, foram autuados 1.000 processos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2025, foram autuados 1.200 processos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2024 para 2025, a SEFAZ-SC foi:

a) mais eficiente

b) menos eficiente

c) menos eficaz

d) mais eficaz

e) igualmente eficaz

147. Ao identificar que determinados materiais recebidos pela organização apresentavam avarias, um estagiário recorreu aos procedimentos internos previamente estabelecidos para situações dessa natureza. Com base nas orientações existentes, adotou as providências previstas para a devolução dos materiais.

Nesse caso, a decisão adotada pelo estagiário é considerada

a) não programada;

b) analítica;

c) intuitiva;

d) programada;

e) ponderada.

148. No contexto organizacional, as decisões podem ser classificadas conforme a forma de participação dos envolvidos no processo decisório. A respeito dessas modalidades, assinale a alternativa que apresenta a decisão em que se busca uma posição central, que seja aceita e apoiada por todos os membros do grupo.

a) decisão autocrática

b) decisão consultiva

c) decisão consensual

d) decisão democrática

e) decisão programada

149. A distinção entre decisões programadas e não programadas, no contexto da administração organizacional, está relacionada

a) à experiência do administrador, uma vez que as decisões não programadas são adotadas quando o responsável não possui conhecimentos suficientes para solucionar o problema.

b) à estrutura organizacional, pois as organizações que apresentam maior nível de estruturação adotam apenas decisões programadas, ao passo que as menos estruturadas utilizam decisões não programadas.

c) à complexidade dos problemas enfrentados, tendo em vista que as decisões programadas são empregadas em situações novas e que exigem soluções de elevada complexidade.

d) aos objetivos pretendidos, considerando que as decisões programadas são voltadas à resolução de problemas, enquanto as não programadas são utilizadas exclusivamente para explorar oportunidades.

e) à frequência e à natureza das situações enfrentadas, de modo que as decisões programadas envolvem problemas recorrentes, com soluções já definidas, enquanto as não programadas são adotadas em circunstâncias inéditas ou excepcionais.

150. No contexto das abordagens de liderança, existe um estilo no qual o líder procura estimular o desempenho dos subordinados por meio de incentivos e recompensas, estabelecendo uma relação de troca vinculada ao cumprimento das atividades e ao alcance das metas organizacionais.

Esse estilo de liderança é conhecido como

a) Liderança liberal

b) Liderança transacional

c) Liderança democrática

d) Liderança transformacional

e) Liderança autocrática

151. No gerenciamento de projetos, existe uma técnica de natureza probabilística que permite estimar o tempo necessário para a execução das atividades, considerando três cenários distintos de duração: otimista, mais provável e pessimista.

Essa técnica é denominada

a) CPM

b) PERT

c) SWOT

d) BSC

e) GUT

152. Durante o desenvolvimento de suas atividades profissionais, João das Neves foi designado para participar de uma iniciativa com duração determinada, cujo objetivo é desenvolver um produto exclusivo/único.

De acordo com os conceitos de administração, essa iniciativa caracteriza-se como um

a) Processo

b) SIPOC

c) Projeto

d) Organograma

e) Fluxograma

153. No âmbito da administração, as decisões que envolvem a definição dos objetivos gerais da organização, orientam seus rumos e produzem impactos sobre a organização como um todo, com foco no longo prazo, são tomadas no nível

a) operacional.

b) tático.

c) estratégico.

d) departamental.

e) funcional.

154. No contexto da administração, a ferramenta utilizada para representar graficamente a estrutura formal de uma organização, evidenciando a disposição dos cargos e das unidades organizacionais, é denominada

a) fluxograma.

b) organograma.

c) cronograma.

d) diagrama.

e) histograma.

155. Conforme a teoria de Maslow, as necessidades de autorrealização estão relacionadas à realização potencial do indivíduo e, por isso, encontram-se:

De acordo com a Teoria da Hierarquia das Necessidades, proposta por Abraham Maslow, as necessidades de autorrealização, relacionadas ao desenvolvimento e maximização das capacidades e das aptidões pessoais, encontram-se

a) na base da pirâmide de Maslow

b) no topo da pirâmide de Maslow

c) abaixo das necessidades sociais

d) no meio da pirâmide de Maslow

e) logo após as necessidades fisiológicas

156. A dimensão relacionada à utilização dos recursos disponíveis da melhor maneira possível, associada à produtividade, aos custos envolvidos, é chamada de

a) efetividade

b) eficácia

c) eficiência

d) excelência

e) economicidade

157. De acordo com o Guia Guia PMBOK, os principais tipos de Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGPs) são:

a) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Implantação, de Controle, de Planejamento.

b) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Controle, de Organização, de Finalização.

c) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, de Resultado.

d) Escritório de Gerenciamento de Projetos Pequeno, Médio, Alto.

e) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, Diretivos.

158. Conforme o Guia PMBOK, o gerenciamento do(da) _____ do projeto inclui os processos necessários para assegurar que o projeto inclui todo o trabalho necessário, e apenas o necessário, para terminar o projeto com sucesso.

Qual das alternativas a seguir preenche corretamente a lacuna?

a) qualidade

b) integração

c) custo

d) escopo

e) riscos

159. No âmbito do gerenciamento de projetos, os custos associados à realização de alterações e à correção de erros variam conforme o avanço das atividades. Nesse contexto, pode-se afirmar que os custos de mudança

a) São maiores quanto mais próximo do final do projeto

b) São menores quanto mais próximo do final do projeto

c) São constantes durante todo o projeto

d) São maiores no início do projeto

e) Não se alteram ao longo do projeto

160. De acordo com a Teoria dos Estilos de Liderança, desenvolvida por White e Lippitt, o estilo de liderança caracterizado pela centralização das decisões no líder, que é dominador, estabelece as diretrizes e traça as diretrizes sem qualquer participação do grupo, é denominado

a) Liderança Democrática

b) Liderança Autocrática

c) Liderança Pactuada

d) Liderança Liberal

e) Liderança Cesarista

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA

Elisabete Moreira

161. Uma Secretaria de Fazenda Estadual definiu em seu planejamento que queria ser reconhecida nacionalmente até 2030 como a administração tributária mais eficiente e transparente do país. Sob a ótica da Administração Estratégica, essa declaração configura:

a) uma meta quantitativa.

b) a missão da Secretaria.

c) a visão da organização.

d) um valor público fundamental.

e) a estratégia corporativa de diferenciação.

162. A Secretaria da Fazenda de SC está revisando seu planejamento estratégico e um dos primeiros temas tratados foi acerca da aprovação da reforma tributária nacional, que vem causando grande ansiedade no mercado, mas que tende a promover uma grande simplificação no processo de arrecadação, ao mesmo tempo, que tem exigido grandes investimentos em novos sistemas, além da necessidade de muito treinamento dos servidores. Nesse caso, considerando esse cenário, pode-se afirmar que a reforma tributária e a exigência de grandes investimentos em novos sistemas classificam-se, respectivamente, como:

a) Força e Ameaça.

b) Oportunidade e Fraqueza.

c) Oportunidade e Ameaça.

d) Força e Fraqueza.

e) Ameaça e Fraqueza.

163. A realização da análise SWOT cruzada é uma ferramenta de planejamento estratégico que vai além do diagnóstico tradicional, relacionando os fatores internos e externos para transformar dados em planos de ação práticos. Diante do cenário da nova reforma tributária, que promete promover uma simplificação na arrecadação, e da necessidade da disponibilização urgente de novos treinamentos aos servidores, visando capacitá-los para novas habilidades e competências, pode-se dizer que a postura estratégica a ser adotada pela SEFAZ-SC é de:

a) Sobrevivência.

b) Manutenção.

c) Crescimento.

d) Desenvolvimento.

e) Confronto.

164. De acordo com o renomado estrategista Michael Porter, a rentabilidade de um setor é determinada por cinco forças competitivas que ajudam a posicionar uma organização no mercado. Nesse caso, a força que representa um teto para os preços que as empresas de um setor podem cobrar sem perder clientes de forma maciça é denominada:

a) Ameaça de novos entrantes.

b) Rivalidade entre os concorrentes existentes.

c) Ameaça de produtos substitutos.

d) Poder de barganha dos compradores.

e) Poder de barganha dos fornecedores.

165. A Cia. Alpha, que atua no segmento de equipamentos médicos de alta precisão, voltados para neurocirurgias de alta complexidade, em vez de tentar competir com grandes fabricantes globais, foca seus esforços em P&D para entregar as tecnologias mais inovadoras e precisas para cirurgiões, cobrando um prêmio de preço significativo por seus aparelhos. De acordo com as estratégias competitivas genéricas propostas por Michael Porter, a atuação da Cia. Alpha caracteriza a estratégia de:

a) Diferenciação ampla, dado que a alta precisão exige constantes inovações e elevados custos de pesquisa e desenvolvimento.

b) Foco em custos, já que a atuação restrita a um único segmento de mercado permite economias de escala em um nicho muito específico.

c) Foco em diferenciação, pois a empresa atua em um escopo competitivo estreito buscando a singularidade e a exclusividade do seu produto.

d) Liderança total em custos combinada com diferenciação, configurando uma estratégia focada em nichos de mercado.

e) Enfoque estratégico integrado, caracterizado pela atuação na indústria médica, com produtos desenhados exclusivamente para hospitais.

166. No modelo da Cadeia de Valor de Porter, a atividade responsável pela negociação de matérias-primas, suprimentos e outros itens de consumo não deve ser confundida com o recebimento e armazenamento físico desses bens. Levando em consideração a atividade de negociação, Porter a classifica como uma atividade de:

a) Logística Interna, uma atividade de apoio.

b) Infraestrutura da empresa, uma atividade de apoio.

c) Operações, uma atividade de apoio.

d) Logística Externa, uma atividade primária.

e) Aquisição, uma atividade de apoio.

167. O controle estratégico é uma das etapas do processo de administração estratégica que assegura que os resultados obtidos estejam alinhados aos planos traçados. Uma das ferramentas mais utilizadas para traduzir e gerenciar a estratégia em indicadores tangíveis e controlar o desempenho, integrando as unidades de negócio, equipes e indivíduos em torno de metas organizacionais em múltiplas dimensões, é denominada:

a) A Matriz BCG.

b) A Matriz Ansoff.

c) O Ciclo PDCA.

d) O Balanced Scorecard (BSC).

e) O Diagrama de Ishikawa.

168. Ao diagnosticar o ambiente de atuação de um órgão público, identificou-se que a instituição possui um corpo técnico de pessoas concursadas, altamente especializado e insubstituível no mercado, configurando uma exclusividade de conhecimento. Sob a ótica da Visão Baseada em Recursos (RBV) e do framework VRIO, um recurso que atende a esses critérios gera para uma organização:

a) Paridade competitiva.

b) Vantagem competitiva temporária.

c) Vantagem competitiva sustentável.

d) Desvantagem competitiva.

e) Terceirização estratégica.

169. O diagnóstico do ambiente é fundamental para a criação de estratégias competitivas que permitam as organizações sobreviverem. Recentemente, foi aprovada a escala 5X2 para trabalhadores celetistas sem redução de salário, promovendo grandes benefícios à qualidade de vida das pessoas, não obstante os economistas visualizarem impactos substanciais no aumento dos custos das empresas. Nesse caso, pode-se constatar que haverá mudanças, respectivamente, nas seguintes dimensões:

a) Externa – político-legal e econômica.

b) Interna - sociocultural e tecnológica.

c) Externa – ambiental e econômica.

d) Externa – legal e sociocultural.

e) Interna – político-legal e ambiental.

170. A formulação estratégica pode envolver uma perspectiva descentralizadora desdobrada em três níveis de tomada de decisão: corporativo, competitivo e funcional. Levando-se em consideração que uma grande empresa montadora de veículos ao rever suas estratégias decidiu adentrar no ramo de venda direta ao consumidor final, associando-se a diversas concessionários de automóvel. Nesse caso, pode-se considerar que a empresa está adotando uma estratégia de qual nível de tomada de decisão

a) Funcional.

b) Competitivo.

c) Operacional.

d) Corporativo.

e) Tático.

171. Considerando a análise das Cinco Forças de Porter, o poder de barganha dos fornecedores é alto quando:

a) o custo de mudança do comprador é baixo.

b) existem muitos produtos substitutos para o insumo fornecido.

c) a indústria compradora é a cliente mais importante do fornecedor.

d) o produto do fornecedor é diferenciado para o comprador.

e) o setor fornecedor é fragmentado, mas possui um fornecedor forte.

172. Não há metodologia universal para estruturar o processo estratégico, haja vista as empresas diferirem de tamanho, estilos e tipos de operação. Algumas correntes de estudiosos defendem, no entanto, que o processo deve-se iniciar com a definição de variáveis chaves, como missão, visão e valores institucionais. Assinale a alternativa que apresenta uma inverdade sobre os conceitos acerca do processo de planejamento estratégico.

a) A Missão responde à pergunta quem somos e o que fazemos, enquanto a Visão responde aonde queremos chegar.

b) A Missão é o ponto de partida do planejamento estratégico, servindo como farol contínuo.

c) Se ocorrer a definição da Visão antes da análise externa e interna, não há a necessidade de haver a definição da Missão, que poderá ser realizada depois.

d) Não há razão de realização de diagnóstico ambiental sem a definição da Missão ou da Visão.

e) Os Valores e a Missão podem compor a ideologia central da organização, não havendo a necessidade de ser emanada de uma Visão.

173. Na formulação das estratégias genéricas competitivas, Michael Porter identificou três abordagens principais para superar os rivais no setor. Uma delas, a estratégia de diferenciação caracteriza-se por:

a) buscar a eficiência máxima em produção padronizada.

b) focar em um nicho muito estreito de mercado.

c) eliminar atividades da cadeia de valor para reduzir despesas de marketing.

d) criar um produto que promova lealdade nos clientes e permita cobrar um prêmio de preço.

e) atuar com o menor custo e o maior valor agregado, o que Porter considera o estado ideal e mais fácil de alcançar.

174. A margem é um conceito fundamental na Cadeia de Valor de Porter, que doutrinariamente, pode ser definida como a diferença entre:

a) as receitas de marketing e as despesas de logística.

b) o valor total que os compradores estão dispostos a pagar e o custo total de execução das atividades de valor.

c) os custos das atividades primárias e os custos das atividades de apoio.

d) o lucro operacional e as despesas operacionais.

e) o preço cobrado pelos concorrentes e o preço cobrado pela organização.

175. Uma determinada Indústria, tradicional fabricante de calçados de couro no Brasil, percebendo uma estagnação no seu mercado de atuação, decide realizar um movimento estratégico arrojado ao adquirir uma rede de hotéis de luxo na Europa, buscando rentabilizar seu capital excedente e diluir o risco do seu portfólio de negócios, sem buscar sinergias tecnológicas ou operacionais entre a fábrica de calçados e a nova rede hoteleira. Considerando a Matriz de Crescimento de Igor Ansoff, o movimento da Indústria Beta classifica-se como:

a) Desenvolvimento de Produto.

b) Penetração de Mercado.

c) Diversificação Concêntrica.

d) Desenvolvimento de Mercado.

e) Diversificação Conglomerada.

176. A tradução, acompanhamento e comunicação da estratégia de uma organização pode ocorrer por meio do Balanced Scorecard (BSC) que demonstra no seu mapa estratégico a relação de causa e efeito entre os objetivos nas diversas perspectivas. Ao traduzir a estratégia para a operação, uma empresa de tecnologia definiu quatro objetivos estratégicos corporativos:

I - Aumentar a proporção de receitas oriundas de novos serviços;

II - Aumentar o *share of wallet* (participação nos gastos totais do cliente);

III - Reduzir o tempo de ciclo de desenvolvimento de sistemas;

IV - Aumentar a disponibilidade e o acesso dos colaboradores aos sistemas de informação gerencial.

De acordo com a metodologia do BSC, esses objetivos devem ser alocados, respectivamente, nas seguintes perspectivas:

a) Financeira; Clientes; Processos Internos; Aprendizado e Crescimento.

b) Processos Internos; Clientes; Financeira; Aprendizado e Crescimento.

c) Financeira; Processos Internos; Aprendizado e Crescimento; Clientes.

d) Clientes; Financeira; Processos Internos; Aprendizado e Crescimento.

e) Financeira; Clientes; Aprendizado e Crescimento; Processos Internos.

177. Ao identificar que a ameaça de novos entrantes é muito alta em um determinado setor econômico, a SEFAZ, em uma análise setorial para previsão de arrecadação, deve concluir que, segundo a teoria de Porter:

a) os lucros do setor tendem a ser altos e consistentes a longo prazo.

b) as empresas estabelecidas estão protegidas por patentes e altos custos de capital.

c) a rentabilidade média do setor tende a cair ao longo do tempo;

d) os consumidores terão poucas opções, sendo reféns de monopólios.

e) os fornecedores detêm controle sobre as matérias-primas.

178. Duas grandes companhias aéreas concorrentes, Gama e Delta, decidem compartilhar recursos, capital e expertise exclusivamente para o desenvolvimento e a fabricação de um inovador motor elétrico sustentável. Para operacionalizar o projeto, ambas as companhias criam uma terceira empresa, autônoma, com personalidade jurídica própria e capital social dividido entre Gama e Delta. À luz das estratégias, a situação descrita evidencia

a) A constituição de uma *Holding*.

b) A estruturação de uma Coalizão.

c) Uma Integração Vertical para trás.

d) A formação de uma Aliança Estratégica não-societária

e) A formação de uma *Joint Venture*.

179. Uma determinada empresa pública, que atua no setor de tecnologia, ao analisar o seu portfólio de serviços com vistas a definir suas estratégias de ação, identificou duas situações distintas: o serviço "X" demanda altos investimentos em pesquisa e marketing para acompanhar o mercado que apresenta altas taxas de expansão, mas gera pouca receita atual para a empresa. Por outro lado, o serviço "Y" não requer grandes investimentos adicionais e gera um volume de caixa abundante e constante, estando posicionado em um mercado que já atingiu a estabilidade e baixo crescimento. Segundo a teoria da Matriz BCG – *Boston Consulting Group)*, os serviços "X" e "Y" classificam-se, respectivamente, como:

a) Estrela e Vira-lata.

b) Ponto de Interrogação e Vaca Leiteira.

c) Vaca Leiteira e Estrela.

d) Ponto de Interrogação e Vira-lata.

e) Vira-lata e Vaca Leiteira.

180. Uma Secretaria da Fazenda de determinado Estado concluiu a formulação de seu planejamento estratégico para o ciclo 2026-2030, definindo a adoção de tecnologias de inteligência artificial como seu principal diferencial de celeridade. Para que a transição da formulação para a implementação da estratégia seja bem-sucedida, é necessário alinhar os elementos organizacionais à nova diretriz. Sobre a fase de implementação estratégica nesse contexto, é correto afirmar:

a) A implementação prescinde do alinhamento da estrutura organizacional.

b) A estrutura organizacional deve obrigatoriamente preceder e determinar a estratégia.

c) A alocação de recursos financeiros, tecnológicos e humanos deve ocorrer na etapa de controle.

d) A cultura organizacional deve ser gerida e, se necessário, adaptada para dar suporte à nova estratégia.

e) O estilo de liderança possui impacto marginal na implementação da estratégia.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0